

# Natureza, Riqueza e Poder

## Boas Práticas Emergentes para a Revitalização da África Rural

*Se o destino dos recursos naturais de África não pode ser separado do contexto geral dos desafios económicos e de desenvolvimento, o futuro económico e o desenvolvimento de África também não podem ser separados dos seus recursos naturais. Com base em lições aprendidas ao longo de mais de 20 anos de trabalho no desenvolvimento da África rural assente nos recursos naturais, este documento apresenta princípios e acções que podem servir de guia ao investimento no continente.*



in  
collaboration  
with



Traduzido pelo:



**CENTRO TERRA VIVA**  
Estudos e Advocacia Ambiental

Avenida Agostinho Neto No.799, 1º. Andar, Flat 4; Tel. 01-303267; Maputo, Mozambique

# AGRADECIMENTOS E UM CONVITE PARA COMENTÁRIOS

Este documento foi preparado para ser discutido pela equipa do Ambiente e Recursos Naturais do Gabinete para o Desenvolvimento Sustentável do Departamento para a África da USAID (AFR/SD), no âmbito do seu programa de compilação contínua de lições aprendidas e de disseminação de informação.

A concepção do projecto foi discutida com colegas africanos, num encontro em Cape Town, África do Sul, em Fevereiro de 2002 (dentro do Grupo de Contacto FRAME, ver [www.frameweb.org](http://www.frameweb.org)). Ficou decidido continuar com o desenvolvimento de dois produtos: uma apresentação dos elementos chave do quadro conceptual Natureza, Riqueza, e Poder (NRP) sob a forma de documentos para discussão, e um trabalho mais longo e detalhado com material e documentação sobre casos. Desde o encontro de Cape Town vários foram os indivíduos que contribuíram para o avanço deste processo, que tem sido um processo conjunto e interactivo. Sob a liderança geral de Jon Anderson, os principais contribuintes foram: Asif Shaikh e Chris Barrett (economia), Peter Veit e Jesse Ribot (governança), Bob Winterbottom, Mike McGahuey e Roy Hagen (recursos naturais). Contribuições importantes foram feitas por Bruce Campbell, Kadi Warner, Marilyn Hoskins, Pam Cubberly, Alex Serrano e George Taylor. Um comité directivo de indivíduos filiados com o quadro conceptual NRP fez a revisão de cada esboço e forneceu sugestões valiosas e orientação para todo o esforço. Leitores espalhados pelo globo desafiaram com os seus comentários e fortaleceram grandemente o esboço. Agradecemos a cada um dos que até agora esteve envolvido.

O NRP pretende ser a declaração de abertura de um diálogo sobre a África rural, um diálogo que terá lugar durante os próximos anos com parceiros africanos e outras partes interessadas neste tópico. Os vossos comentários sobre este documento serão bem vindos. Por favor enviem-nos para o endereço abaixo indicado.

A versão francesa deste documento estará a disposição em meados de Setembro e poderá ser obtida de:

Jon Anderson.

Natural Resource Policy Advisor

USAID/AFR/SD 1325 G ST NW Suite 400 Washington, DC 20005

Email: [janderson@ufr-sd.org](mailto:janderson@ufr-sd.org)

O apoio para a preparação deste documento foi fornecido pelo International Resources Group – IRG (Grupo de Recursos Internacionais), sob o contrato ENVIRONMENTAL POLICY AND INSTITUTIONAL STRENGTHENING INDEFINITE QUANTITY (EPIQ)  
Contrato nr.PCE-I-00-96-00002-00

Este documento é um esboço para discussão e não reflecte necessariamente a posição oficial das organizações envolvidas na sua preparação.

# NATUREZA, RIQUEZA E PODER EM ÁFRICA

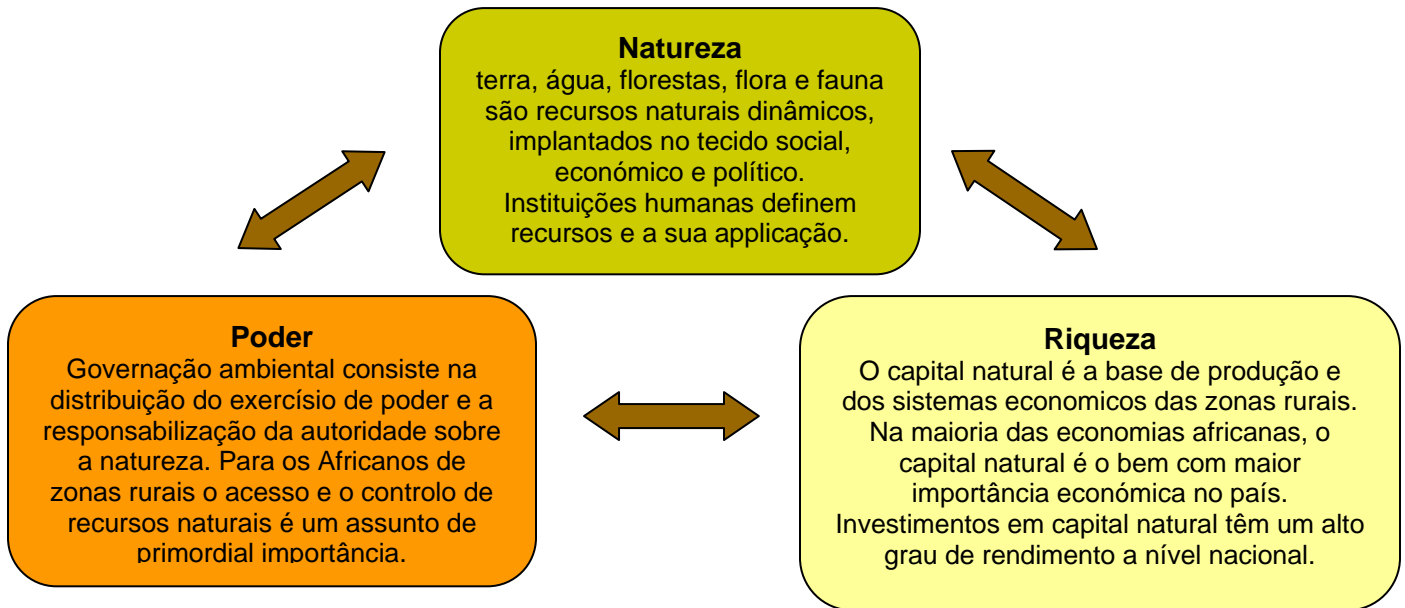
## Índice

Abrindo o Debate .....	6
Recursos Naturais.....	9
Natureza, Riqueza e Poder na Namíbia e no Botswana.....	17
Riqueza Económica.....	21
Natureza, Riqueza e Poder em Madagáscar.....	31
Poder de Governação.....	34
Natureza, Riqueza e Poder no Mali.....	44
Olhando para o Futuro.....	47



Os Recursos Naturais são grande fonte de riqueza e poder em África; são também chave para o desenvolvimento rural e boa governação. Os recursos naturais (solo, minerais, florestas, fauna bravia, e água) são essenciais para a subsistência de 70% da população e dominam algumas economias africanas. O continente tem um rico acervo de recursos naturais mas os sectores industriais e de serviços são ainda emergentes. Até certo ponto, os recursos naturais em África estão significativamente sub utilizados, e em muitos casos, o seu inteiro potencial não é sequer conhecido, menos ainda realizado. Os recursos naturais continuarão a conduzir as economias africanas por várias décadas. O acesso e o controlo dos recursos é a maior questão de governação, especialmente para a população rural e é uma questão básica de “pão e manteiga” que a democracia têm a obrigação de fornecer. A gestão de recursos naturais (GNR) é crucial para a boa governação e para a inclusão da população rural.

## Natureza, Riqueza e Poder - Definições e Ligações



*A construção da renascença rural em África depende de escolhas e acções adoptadas pelos africanos . As políticas e decisões necessárias estão ao seu alcance*

Apesar deste potencial, muitos africanos rurais continuam em situação de pobreza, os recursos são muitas vezes mal geridos e grande parte da população rural é largamente marginalizada.

Estes três desafios estão intimamente relacionados. O presente documento, Natureza, Riqueza e Poder (NRP), trata do desenvolvimento rural em África. É uma declaração preliminar de lições aprendidas ao longo de mais de 20 anos de trabalho no desenvolvimento da África rural baseado nos recursos naturais. Há 20 anos atrás, os programas de gestão dos recursos naturais adoptavam uma abordagem predominantemente técnica para fazer mover o desenvolvimento rural e responder às crises ambientais identificadas. As limitações desta abordagem foram subsequentemente reveladas à medida que os projectos não alcançavam os seus objectivos e se mostravam insustentáveis. Isto conduziu ao desenvolvimento de abordagens economicamente mais realistas. Estas foram mais bem sucedidas, mas ainda existiam iniquidades e ineficiências. Recentemente, tornou-se claro, que os aspectos de governação são fundamentais para o desenvolvimento rural.

Tomar em consideração dimensões naturais, económicas e de governação na gestão de recursos naturais é fundamental para o sucesso. A gestão de recursos naturais baseia-se na interacção entre as características dos recursos, as políticas, as instituições, as habilidades, e os sinais económicos. A experiência demonstra que os programas que integram natureza (gestão ambiental), riqueza (preocupações económicas), e poder (boa governação) têm resultados promissores. Hoje vários são os casos e estratégias provadas que demonstram onde a gestão de recursos naturais conseguiu *simultaneamente*:

- Aumentar a produtividade da base de recursos naturais e conservar a biodiversidade.
- Promover o crescimento económico dramático das comunidades locais e das contas nacionais.
- Facilitar a transformação das populações rurais de sujeitos a cidadãos, abrindo caminho para uma sociedade mais democrática, descentralizada e vibrante.

Esta experiência produziu uma série de **princípios** sumarizados e detalhados nesta brochura, como **acções** que podem servir de guião para o investimento na África rural. Os três estudos de caso apresentados sobre a Namíbia, Madagáscar, e Mali, ilustram a eficácia da integração das três dimensões e dos vários princípios e acções recomendados para cada dimensão.

A construção da renascença rural em África depende de escolhas e acções adoptadas pelo povo africano. As políticas e decisões necessárias estão ao seu alcance. O NRP não é senão uma declaração de abertura do diálogo sobre a África rural, a ser conduzido nos próximos anos em conjunto com parceiros africanos e sob o quadro da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). O objectivo é provocar o debate e produzir uma visão integrada sobre o desenvolvimento rural e boas práticas para os decisores. A Natureza, a Riqueza, e o Poder constituem um quadro flexível para análise da relação entre: (a) uma gestão sadia dos recursos naturais; (b) o crescimento económico e o alívio à pobreza, e (c) o poder e inclusão. Saber o que funcionou no passado é importante mas isso é apenas um primeiro passo. Para que se produza um impacto significativo, o diálogo deverá abordar também o modo de actuação para que os *futuros* programas e investimentos em África sejam mais eficazes e eficientes.

# 1. ABRINDO O DEBATE

*Reconhecer a dimensão natural, económica e de governação dos recursos, é crucial para o desenvolvimento de sistemas de gestão apropriados.*

A discussão de princípios e acções deste documento deve começar pelo reexame da natureza dos recursos e dos condutores da sua sustentabilidade:

## O QUE SÃO RECURSOS NATURAIS?

Os recursos não são entidades biofísicas estáticas, eles são dinâmicos, e estão social e politicamente implantados. As instituições humanas (num sentido lato incluindo sistemas económicos e de gestão, redes sociais, etc) definem os recursos e o seu uso. Os recursos biofísicos são bens políticos e económicos. Reconhecer a dimensão natural, económica e de governação dos recursos, é crucial para o desenvolvimento de sistemas de gestão apropriados.

## QUESTIONANDO OS CONDUTORES DA GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Experiências de campo mostram que um número de condutores **assumidos** da gestão sustentável de recursos precisam urgentemente de ser questionados e refinados:

- ✚ Percepções do **colapso e da crise ambiental** conduziram muitas vezes os investimentos ambientais em África. Embora em algumas áreas a degradação seja real e os problemas sejam sérios, a gestão da crise do ambiental tendeu a ofuscar as razões económicas e de governação para o investimento no sector.
- ✚ Assume-se muitas vezes que África está mergulhada num mar caótico de **degradação ambiental**. Contudo, muitos são os exemplos de recuperação ambiental. Algumas estimativas de degradação ambiental foram exageradas e baseadas numa compreensão simplista, tanto no que diz respeito à dinâmica ecológica como social. Por exemplo: grandes programas de combate à erosão foram desenvolvidos e implementados numa série de países africanos, mesmo quando ela não era considerada como um problema sério.
- ✚ A **urbanização** é muitas vezes vista como um condutor positivo e um sinal de desenvolvimento. Em África, contudo, a urbanização tem muitas vezes resultado em centros de alto consumo, burocracia, controle político e económico em vez de centros de produção, administração, e representação política. As perspectivas para uma transformação bem sucedida da agricultura e para um desempenho macro económico viável dependem da criação de uma dinâmica urbano-rural mais positiva.

- ✚ O **crescimento da população** é muitas vezes tido como condutor da degradação do meio ambiente. Contudo, exemplos são abundantes, onde a população cresceu dramaticamente e por outro lado houve um decréscimo na degradação do meio ambiente. O modo de organização das pessoas e dos sistemas de governação/gestão adoptados têm maiores efeitos na situação de base dos recursos naturais do que o número de pessoas.

### Princípios orientadores de investimentos na gestão de recursos naturais em África:

<b>Natureza</b>	<b>Riqueza</b>	<b>Poder</b>
Melhorar os sistemas de gestão de informação e conhecimento.	Ser estratégico sobre questões económicas de gestão de recursos naturais.	Reforçar os direitos ambientais processuais a favor da população rural.
Promover o planeamento local do uso da terra e sistemas apropriados de posse dos recursos naturais.	Reforçar mercados e os respectivos incentivos para a gestão de recursos naturais.	Melhorar a participação rural nas políticas e decisões públicas.
Promover a inovação, aprendizagem social, e a gestão de adaptação.	Investir nas organizações rurais.	Redistribuir a autoridade e funções relativas aos recursos naturais.
Criar capacidade e investir nos recursos humanos.	Criar um quadro para melhores opções de gestão de recursos naturais.	Transferir poderes, direitos e responsabilidades para autoridades representativas e responsáveis.
Promover serviços de assessoria técnica e intermediária, a custo efectivo.	Assegurar que os gestores locais dos recursos naturais tenham acesso seguro aos meios e benefícios da gestão de recursos naturais.	Explorar o uso de padrões ambientais mínimos.
		Promover plataformas que permitam consultas contínuas e inclusivas.

- ✚ A relação entre **pobreza** e a degradação dos recursos naturais é geralmente simplificada por todas as partes envolvidas no debate. Os pobres geralmente carecem de recursos, controle e margem de subsistência necessários para gerir o ambiente de maneira bem sucedida. Contudo, muita evidência empírica aponta para uma população rural expediente e para a sua capacidade na gestão desde que as condições sejam apropriadas. Além disso, os ricos e os poderosos também contribuem significativamente para a má gestão e degradação do meio ambiente. Os esforços permanentes para a redução da pobreza são um excelente investimento.
- ✚ Em muitos casos, a **agricultura** é tida como crucial para o desenvolvimento rural, como um grande catalizador económico, como motor das actividades rurais e como um bem permanente. Contudo, a agricultura é um sub-sector dinâmico da gestão de recursos naturais e em muitos casos, não constitui nem a melhor opção



do uso da terra nem o mais importante sector económico. Em África cerca de 81% dos solos são classificados como problemáticos do ponto de vista da agricultura devido à acidez, má retenção de água, irregularidades dos terrenos, etc. A agricultura tem que ser considerada dentro do largo contexto do uso da terra e gestão de recursos naturais e não como uma resposta automática ao crescimento rural e alívio da pobreza. De facto, muitos sistemas de produção rural envolvem agricultura, florestas, criação de gado e outras formas de uso da terra e contam com a integração para a sua optimização. As práticas de gestão de recursos naturais beneficiam muito as áreas marginais e podem contribuir para o aumento da produtividade agrícola.

A identificação dos motores e abordagens da gestão sustentável dos recursos naturais precisa de constante reconsideração e refinamento. O **quadro conceptual Natureza Riqueza e Poder (NRP)** pode ser útil no desenvolvimento de uma abordagem mais realista e orientada ao campo.

O documento detalha, em secções separadas, os princípios e as acções para cada uma das dimensões da natureza, riqueza e poder.

## 2. RECURSOS NATURAIS

Esta secção apresenta os aspectos mais técnicos da gestão de recursos naturais (GNR). Contudo ela não poderá cobrir com detalhe a gestão de recursos biofísicos específicos. Em vez disso, lida sobretudo com sistemas de informação e conhecimento, a capacidade e os elementos programáticos da gestão dos recursos naturais. A organização de recomendações específicas é sustentada por 5 princípios.

### NATUREZA: PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES PARA ACÇÃO

1. **Melhorar os sistemas de gestão de informação e conhecimento**
  - ✚ Melhorar o uso de informação e a relação entre as várias técnicas.
  - ✚ Desenvolver redes e grupos de prática
  - ✚ Desenvolver sistemas de monitoria e avaliação
  - ✚ Fazer uso da ciência como instrumento de suporte
  - ✚ Capitalizar na experiência de campo
  - ✚ Aumentar a transparência e acesso à informação
  - ✚ Promover o relacionamento entre a pesquisa, extensão rural e educação
  
2. **Promover o planeamento local do uso da terra e sistemas apropriados de posse de recursos**
  - ✚ Estabelecer limites claros
  - ✚ Reconhecer a necessidade do uso partilhado
  - ✚ Promover processos participativos que incluam grupos de género e de uso
  - ✚ Tornar os procedimentos mais simples, directos e compreensíveis
  - ✚ Promover a integração óptima da agricultura na GRN
  - ✚ Promover a gestão de riscos e o planeamento de contingências.
  - ✚ Agir localmente mas promover uma visão de ecossistema
  
3. **Promover a aprendizagem social, inovação, e a gestão de adaptação**
  - ✚ Encorajar a aprendizagem social
  - ✚ Promover a inovação e a testagem
  - ✚ Promover a gestão adaptativa
  
4. **Criar capacidade de investir em recursos humanos**
  - ✚ Formar quadros rurais
  - ✚ Criar capacidade local flexível
  
5. **Promover assessoria técnica e serviços intermediários de custos efectivos**
  - ✚ Trabalhar com parceiros capazes
  - ✚ Facilitar a relação de agricultor para agricultor (camponês para camponês) e de grupos
  - ✚ Tentar agir de maneira custo-efectiva
  - ✚ Promover novas abordagens na organização do apoio ao conhecimento

## **1. Melhorar sistemas de gestão de informação e de conhecimento**

*O conhecimento é crucial para uma gestão correcta dos recursos naturais. Todas as fases da GRN usam o conhecimento de forma intensiva*

O conhecimento é crucial para uma gestão correcta dos recursos naturais. Todas as fases da GRN, planeamento, implementação, monitoria, e tomada de decisão usam o conhecimento de forma intensiva.

Em muitos casos o conhecimento, mais do que os recursos financeiros, é a chave para fazer mover o desenvolvimento rural. Existem novos métodos e instrumentos para gestão do conhecimento que podem melhorar a eficácia e eficiência da GRN.

**Melhorar o uso de dados e de informação e apoiar o uso de novas técnicas e conexões com instrumentos de informação clássicos e legais.**

Novos instrumentos poderosos de informação incluem o censo remoto, sistemas de informação geográfica, instrumentos de apoio a decisões, etc, deverão ser utilizados para uma melhor informação, decisão e acção sobre a base dos recursos naturais e seu uso. Estas técnicas deverão ser cuidadosamente integradas com as técnicas clássicas (inventários e levantamentos terrestres) e com a monitoria local. Contudo, acontece muitas vezes que a informação e os dados já disponíveis não são utilizados de forma devida. A utilização de dados, assim como a relação entre os dados e a tomada de decisão, deve ser melhorada antes que investimentos adicionais na sua recolha sejam feitos. Por exemplo, muitos inventários são realizados sem uma clara resposta à questão “porquê?”. Isto resulta num grande dispêndio de recursos. Os inventários devem ser realizados para responder a necessidades específicas de gestão e decisão.

**Desenvolver Redes e Grupos de Práticas.**

Estas técnicas provaram ser instrumentos poderosos, não só para a partilha de experiências e capitalização de dados empíricos, mas também para atingir economias de escala na capacitação e no *lobbying* (termo inglês que refere ao esforço de influenciar decisões). Um dos mais importantes conhecimentos para o investimento e decisões políticas, e para a decisão sobre intervenções de gestão, é o conhecimento tácito ou informal. O maior desafio é como prestar atenção a este tipo de conhecimento. O desenvolvimento de práticas e a integração de facilitadores para promoverem o conhecimento tácito, tem se mostrado útil.

A rede “Sistemas de Informação Ambiental-África,” em inglês “Environmental Information Systems-África” (EIS-África), com três mil activistas ambientais em toda África, e a “Rede de Gestão Decentralizada dos Recursos Naturais Mopti,” em francês “Reseau Gestion Decentralisée des Ressources Naturelles Mopti,” uma rede sub-nacional filiada no Mali, são dois exemplos de redes dinâmicas que estão a fazer diferença.

### **Desenvolver sistemas de monitoria e avaliação a todos os níveis.**

Monitoria e retro-alimentação são essenciais para uma boa gestão e planeamento. Muitos programas põem demasiada ênfase no planeamento mas não na monitoria. Os diferentes tipos de monitoria, tais como a monitoria do desempenho e a monitoria ecológica, precisam de ser clarificados e de ter abordagens apropriadas. A monitoria deve ser suficientemente aprofundada para captar a informação necessária para a adaptação e aprendizagem social. A tendência de acumular grandes volumes de dados com pouca relevância para a tomada de decisão deverá ser evitada. O programa de gestão comunitária de recursos naturais na Namíbia é um bom caso para ilustrar a importância da monitoria local e o seu impacto nos rendimentos económicos.

### **Utilização da ciência como instrumento de suporte para o estabelecimento de limites e não para a determinação de objectivos.**

As ciências biofísicas são instrumentos poderosos para a gestão de recursos naturais, particularmente para estabelecer limites biofísicos e para definir possibilidades. Elas não são apropriadas para a determinação de objectivos, que é um processo social. Por exemplo, na gestão florestal regimes de *thinning* (termo inglês que refere a redução da densidade de árvores numa área) têm sido algumas vezes recomendados com fundamentos técnicos, quando na realidade não existe procura nem dos produtos secundários do *thinning* nem do produto que se pretende que o *thinning* melhore.

### **Capitalizar a experiência de campo.**

Existe uma grande riqueza de experiências de campo em África, com base nas quais se pode tirar lições e capitalizar. Muitas destas experiências e resultados são inesperados e portanto escapam às metodologias tradicionais de avaliação. Contudo, técnicas como a Tracker, um instrumento de aprendizagem sobre iniciativas locais de gestão de recursos em África ([www.nrmtracker.org](http://www.nrmtracker.org)) estão a emergir para tentar ajudar na captação destas experiências. Uma grande parte do futuro da gestão de recursos em África deveria ser construído com base, tanto nas experiências positivas como nas negativas colhidas até ao momento.

### **Aumento da transparência e do acesso à informação.**

A disponibilidade de informação é fundamental para uma boa planificação, monitoria e gestão efectiva de recursos naturais. Por exemplo, o trabalho do projecto “Vigilância das Florestas Globais”, em inglês “Global Forest Watch,” na publicação de dados sobre concessões florestais e áreas protegidas na Bacia do Congo, tornando-os assim largamente disponíveis, permitiu o melhoramento da localização e licenciamento das concessões. O acesso é necessário não só em relação à informação técnica mas também em relação à informação económica e legal/política.

**Promover a relação entre a extensão rural, a educação e a pesquisa, e promover o desenho de políticas e pesquisas orientadas para os agricultores/camponeses.**

O estabelecimento de laços fortes entre a pesquisa, a extensão rural e a educação em África tem sido muito difícil. Novos modelos de “Sistemas de Conhecimento e Informação Rural,” em inglês Rural Knowledge and Information Systems (RKIS), estão a ter um certo sucesso na criação de sinergias, particularmente por colocarem o agricultor/camponês no centro das políticas e pesquisas sobre RKIS.

*Existe uma grande riqueza de experiências de campo em África, com base nas quais se pode tirar lições e capitalizar. Muitas destas experiências e resultados são inesperados e portanto escapam às metodologias tradicionais de avaliação*

### **O QUE É A GESTÃO DO CONHECIMENTO?**

A gestão de Recursos Naturais tem crescido através da transferência e partilha de conhecimento, lições aprendidas e hipóteses sobre o que funciona e porquê. Mas este esforço tem uma escala limitada e é altamente idiossincrático, dependendo da sabedoria e memórias de um pequeno grupo de praticantes.

A gestão do conhecimento é essencialmente uma tentativa de apoio mais sistemático à transferência, troca e síntese dessa sabedoria, não só através da compilação de factos e boas práticas, mas também através do envolvimento dos que detêm conhecimento e experiência, numa comunidade mais ampla, uma comunidade que pode partilhar informação e avaliar a sua utilidade organicamente, sem requerer um grande investimento dos doadores. Esta abordagem tem funcionado noutros sectores, muito especialmente na pesquisa sobre a Sida (Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida), na investigação agrícola e pode ser crucial para o melhoramento de programas de GRN em África.

## **2. Promover o planeamento local do uso da terra e de sistemas apropriados de posse de recursos naturais**

*A participação e o empoderamento das mulheres tem provado ser um factor chave no sucesso da gestão de recursos naturais em África.*

**As políticas, os guiões e regulamentos devem ser acessíveis e compreendidos pelas comunidades locais e organizações locais.**

A capacidade das comunidades locais para desenvolver planos de uso de terra e fiscalizar a implementação das decisões sobre zoneamento, é fundamental para uma gestão

sustentável. Nem todos os usos são compatíveis e nem todos os utilizadores são responsáveis. A identificação e implementação de regras sobre o uso dos recursos naturais são fundamentais. Isto tem implicações sobre os sistemas de posse, como se discute mais adiante.

### **Negociar limites bem definidos e acordados.**

A capacidade para excluir indivíduos que utilizam recursos naturais comuns de maneira oportunista, em inglês “*free riders*”, e usos e utilizadores ilegítimos é essencial para uma gestão sustentável. São necessários limites espaciais e temporais claramente definidos e acordados. O mapeamento participativo tem provado ser um instrumento útil para a definição destes limites. A formalização destes limites, contudo, tem custos de transacção. Os benefícios da formalização devem superar estes custos.

### **Reconhecer a necessidade de uso partilhado.**

Nem todas as parcelas podem cobrir a diversidade das necessidades humanas. Alguns usos são conflituosos. É necessário algum tipo de separação, rotação, e partilha no uso de recursos naturais. O planeamento local do uso da terra é um passo no sentido da imposição local da separação e optimização do uso.

### **Promover abordagens participativas que incluam componentes de género e todos os grupos de utilizadores.**

A participação e o empoderamento das mulheres tem provado ser um factor chave no sucesso da gestão de recursos naturais em África. O retorno do investimento gerado por mulheres é elevado. Todos os grupos de utilizadores devem ter a oportunidade de uma participação significativa, *especialmente* se alguns usos e utilizadores são subsequentemente excluídos. O planeamento inclusivo do uso da terra é um instrumento importante na prevenção de conflitos.

### **Tornar os procedimentos simples, directos e compreensíveis.**

Muitas vezes os planos de manejo, regulamentos, procedimentos e outros elementos para a gestão de recursos naturais, são injustificadamente complexos, complicados e obtusos. Os procedimentos devem ser compreendidos por aqueles que os utilizam. As políticas, os guiões e regulamentos, devem ser acessíveis e compreendidos pela população e organizações locais.

### **Promover a interacção e integração da GNR/agricultura e a optimização do uso do espaço para cultivo.**

É difícil desenhar uma linha de distinção entre a agricultura e a GNR, dado que elas se sobrepõem amplamente; em muitos sentidos, a agricultura é um subsector da GNR. O caso do Mali (página 32) mostra claramente como a GNR contribui para um uso mais eficiente de insumos agrícolas e que a agricultura melhorada beneficia as áreas florestais

e outros recursos naturais. Os sistemas de gestão de recursos naturais que tiram a máxima vantagem da luz, água, espaço e nutrientes disponíveis, tendem a ser mais produtivos. Os sistemas como o agro-florestamento, por exemplo, no qual árvores profundamente enraizadas como a *Faidherbia albida* crescem em campos cultivados e retiram minerais do subsolo que não estão disponíveis para a produção de culturas anuais como a mexoeira.

### **Promover a gestão de riscos e o planeamento de contingência.**

Os programas de gestão de recursos naturais devem lidar com condições biofísicas dinâmicas. O planeamento do uso da terra deve acomodar os diversos níveis de riscos.

### **Agir localmente mas promover uma visão do ecossistema.**

As mudanças ambientais dependem de milhões de escolhas, decisões e acções de cada indivíduo no continente Africano. Estas escolhas contudo, devem ser vistas de uma forma integrada. A avaliação e planificação de impactos sobre os vizinhos, cursos de água e espécies migratórias têm que ser realizadas.

## **3. Promover a aprendizagem, inovação social e uma gestão adaptativa**

*O campo da gestão adaptativa na GRN cresceu significativamente nos últimos 10 anos. Ele nfatiza a aprendizagem, em vez de prescrições. Esta abordagem da gestão tem se mostrado promissora em situações pluralísticas e dinâmicas, como as que caracterizam a maior parte da África de hoje.*

Num mundo dinâmico a capacidade de adaptação e de flexibilidade é crucial.

### **Encorajar a aprendizagem social.**

A aprendizagem social na gestão de recursos naturais refere-se a um processo inclusivo de diálogo e deliberação contínuos entre as partes interessadas, incluindo cientistas, planificadores, gestores e utilizadores, na exploração de assuntos e proposição de abordagens. Refere-se ao processo colectivo de acumulação de novos conhecimentos.

### **Promover a inovação e a experimentação.**

O melhoramento dos sistemas da GRN depende da inovação e da experimentação. Os programas da GRN são muitas vezes de longo prazo e essencialmente experimentais. Pode-se fazer estimativas de impactos finais e desenvolver próximas (??) para um desempenho de curto prazo, mas a inovação da GNR requer um longo horizonte temporal. Quando incentivada, a inovação acontece espontaneamente em diferentes níveis desde agricultores/camponeses, comunidades, ministérios governamentais e organizações não governamentais. Um corolário importante disto é a oferta de espaço para erros .

### **Promover a gestão adaptativa.**

O campo da gestão adaptativa na GRN cresceu significativamente nos últimos 10 anos. Ele enfatiza a aprendizagem, em vez de prescrições (ou aprender fazendo, em vez de seguir prescrições), aceita o erro como parte do processo experimental, e integra um processo de consulta inclusivo usando uma larga gama de instrumentos para gerar um conhecimento capaz de acompanhar as mudanças ambientais e socio-económicas. Esta abordagem da gestão tem se mostrado promissora em situações pluralísticas e dinâmicas, como as que caracterizam a maior parte da África de hoje.

## **4. Criar capacidade e investir em recursos humanos**

### **Formar indivíduos que trabalham em áreas rurais sobre extensão e participação.**

No geral o governo tem boas capacidades técnicas, mas precisa de capacidade em comunicação, facilitação, extensão e participação. Isto pode ser particularmente aplicável aos serviços governamentais para-militares na transição de modelos de comando e controle para modelos mais participativos.

### **Criar capacidade flexível a nível local.**

Esforços passados tenderam a enfatizar a capacidade técnica (técnicas de criação de viveiros, enxertos e outras) a nível local. Contudo, dadas as mudanças nas condições sócio económicas, estas podem de facto formar indivíduos para actividades de ontem e não para as de hoje. A formação centrada em bens e produtos específicos deixa as pessoas vulneráveis a ciclos de variação e com pouca capacidade para um mundo dinâmico. O grande benefício que advém da formação básica, em áreas como numeração e alfabetização, pode ser largamente aplicado. Além disso, a capacitação na área económica (desenvolvimento de negócios, técnicas de mercado, contabilidade, etc) e na área legal é fundamental para a adaptação das organizações locais.

## **5. Promover serviços de assessoria técnica e intermediação custo-efectivos**

Os grupos e produtores locais precisam de assessoria técnica e serviços intermediários para aumentar o seu crescimento e sustentabilidade e para exercerem os seus direitos. Uma única organização, governamental ou de outra natureza, não detém toda a gama necessária de especialização e fornecimento de serviços. São necessárias parcerias no fornecimento de serviços, que juntem os pontos fortes de uma variedade de organizações.

### **Trabalhar com parceiros capacitados no fornecimento de assessoria e outros serviços.**



Em muitos países as organizações não governamentais (ONGs) e o sector privado têm capacidade para apoiar o desenvolvimento local, trazendo para a mesa habilidades particulares. A Associação Namibiana de Organizações de Apoio ao Maneio Comunitário de Recursos Naturais, em inglês Namibian Association of CBNRM Support Organizations (NACSO), uma organização de apoio comunitário, é um bom exemplo de uma plataforma para a coordenação e colaboração entre uma gama de provedores de serviços.

### **Facilitar as relações entre camponeses e entre grupos.**

Muitos camponeses aprendem sobre novas ideias e técnicas através de outros camponeses e não através de serviços de extensão organizados. Estes processos podem ser otimizados e adaptados. As abordagens colectivas podem facilitar a aprendizagem e promover economias de escala.

### **Procurar a eficiência e recuperação de custos e privatizar serviços onde for apropriado.**

Na medida do possível, os serviços devem ser fornecidos numa base de partilha e recuperação de custos. (Isto acontece mais vezes do que parece, porque a capacidade de remuneração das comunidades é muitas vezes maior do que se diz). Isto não só encoraja a sustentabilidade financeira mas também ajuda a melhorar a qualidade e a promover a responsabilização ou a prestação de contas. Os serviços também podem ser contratados ao sector privado ou privatizados.

### **Promover novas maneiras de organizar a pesquisa, a educação e a extensão rural.**

Em paralelo com novos modelos como RKIS, também há inovações na organização da pesquisa, educação, e serviços de extensão rural. No Mali e no Uganda, por exemplo, são concedidos financiamentos a organizações comunitárias de base e associações de camponeses, os quais por sua vez contratam serviços específicos de pesquisa, formação e extensão.

### 3. NATUREZA, RIQUEZA E PODER NA NAMÍBIA E NO BOTSWANA

Na década passada, tanto a Namíbia como o Botswana desenvolveram programas e mecanismos para a expansão dos benefícios económicos do desenvolvimento do ecoturismo para as famílias de baixo rendimento nas áreas comunitárias, ao mesmo tempo que se empenharam, com bons resultados, na prossecução de objectivos de conservação ambiental. Ambos os países implementaram programas que retiraram a GRN da posse e controlo centralizado do Estado para um sistema que apoia as organizações comunitárias de base e os direitos locais.

A Namíbia decidiu apoiar:

- ✚ **Sociedades de Conservação:** Associações legalmente reconhecidas e democraticamente geridas de membros comunitários morando numa área determinada com direitos específicos para benefício directo dos recursos naturais e responsabilidades pelo seu uso e gestão sustentável.
- ✚ **Sistemas descentralizados e participativos de GRN que incluem** medidas localmente definidas e implementáveis de acesso a recursos, acordos sobre limites no uso da terra, mecanismos que garantam o uso sustentável e a regeneração de recursos, e procedimentos para alocação de benefícios que são transparentes e permitem a prestação de contas..

Em 1996 a Namíbia aprovou uma política de conservação e subseqüentemente reformas legislativas e políticas assim como directrizes que estabeleceram um processo relativamente directo e transparente para as comunidades locais:

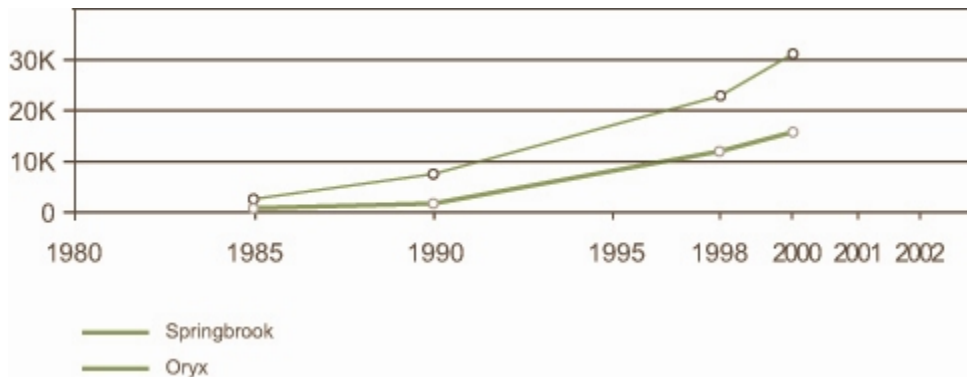
- Mobilizarem e registarem membros comunitários interessados.
- Adoptarem constituições e regulamentos
- Identificarem os limites das áreas de gestão
- Comprometerem-se a um plano para a gestão sustentável dos seus recursos
- Organizarem a monitoria de recursos e colheitas planeadas
- Acordarem num plano para a distribuição de benefícios.

Depois disto a sociedade de conservação, em inglês *Conservancy*, é legalizada e habilitada a obter direitos e benefícios da gestão de recursos faunísticos e outros recursos naturais dentro da sua área. Estas comunidades também concordam sobre mecanismos para melhorar o uso da terra e recebem apoio na negociação de *joint ventures*, com investidores do sector privado em várias actividades económicas.

Na década passada, os impactos gerais foram significativos:

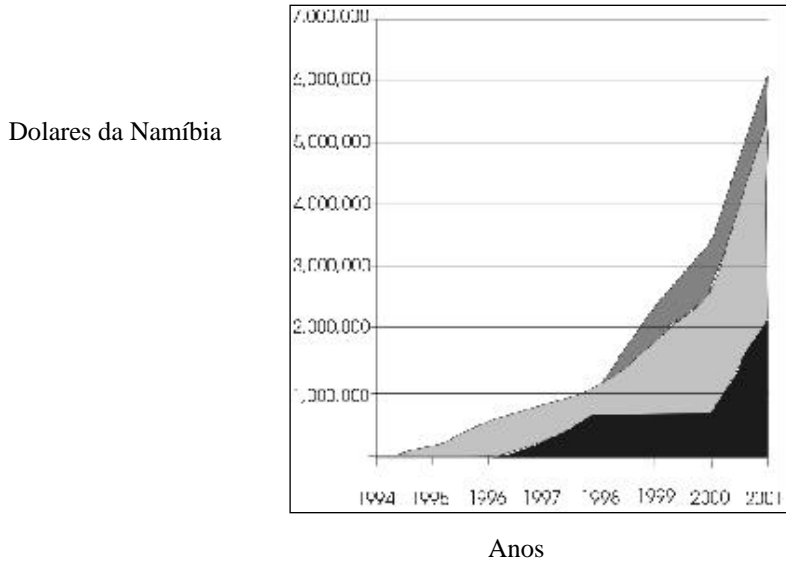
- ✚ **Aumento significativo da população faunística.** O valor anual decorrente da caça obtido pelas famílias do noroeste da Namíbia (assumindo que tenham sido removidas todas as limitações políticas) aumentou de US\$ 65.000 em 1980 para US\$ 2 milhões em 2000. (Ver figura 1 ).

**Figura 1: Natureza – Benefícios Ambientais – Aumento da População Faunística  
Número de antílopes Springbok e Oryxs no noroeste da Namíbia**



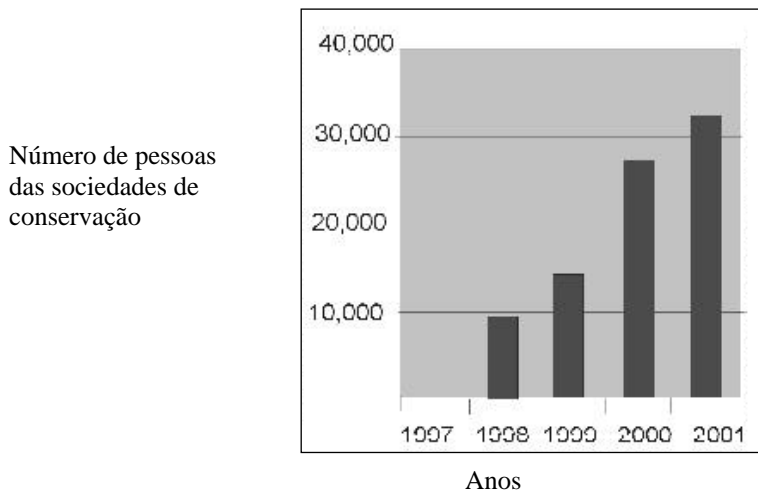
- ✚ **Criação de condições para a expansão significativa de grandes empreendimentos turísticos baseados na fauna.** O valor desta indústria está calculado em cerca de US\$10 milhões por ano; os benefícios comunitários ainda estão restringidos a salários (US\$1 milhão por ano). Com um plano de investimento e de prioridades cuidadoso, baseado na capacitação em gestão de negócios e aspectos institucionais, o turismo nas áreas das sociedades de conservação poderia produzir \$35 a \$40 milhões de dólares por ano. Se \$3 a \$4 milhões de dólares de taxas de uso forem dirigidos às sociedades e um montante semelhante for gasto em salários, os rendimentos por capita das sessenta mil pessoas vivendo em sociedades viáveis crescerá em \$115 dólares, duplicando o rendimento médio de um namibiano rural de \$100 para \$215 dólares. As comunidades já beneficiaram grandemente da política adoptada em 1996. Os rendimentos cresceram de cerca de 500.000 dólares namibianos em 1996 para mais de 6 milhões em 2001. (ver figura 2).

**Figura 2: Riqueza –Benefícios Económicos para as Comunidades  
(Em 1998 as comunidades começaram a ser reconhecidas legalmente)**



- **Poder das comunidades através da organização de sociedades de conservação.** Quinze sociedades foram até agora registadas. Mais de trinta e quatro outras sociedades estão em formação. Com o apoio do Ministério do Ambiente e Turismo, de ONGs e outras instituições, e com uma dramática recuperação na base de recursos, as sociedades começaram a beneficiar directamente da caça comercial e do turismo comunitário, e estão a avançar para a sustentabilidade financeira. (ver figura 3).

**Figura 3: Poder – Aumento da Participação**



- ✚ **Apoio às reformas institucionais, formação e desenvolvimento de 10 ONGs operacionais e organizações de apoio.** Metade destas organizações são lideradas por namibianos anteriormente desfavorecidos. Um número crescente de ONGs e de outras organizações de apoio estão a juntar-se no reforço de parcerias para promover o maneio comunitário de recursos naturais (MCRN). A Associação Namibiana de Organizações de Apoio ao MCRN, em inglês, Nambiam Association of CBNRM Support Organizations (NACSO), que inclui o Ministério do Ambiente e Turismo, estabeleceu um secretariado, conseguiu financiamento, promoveu grupos de trabalho para lidar com questões chave, organizou uma conferência de planificação e desenvolveu uma visão estratégica para si própria e para o programa nacional de MCRN. O Ministério do Ambiente e Turismo deverá expandir o seu papel através da criação de uma unidade de MCRN com 29 oficiais de campo.

Uma história semelhante pode ser contada em relação ao Botswana. Apoiada pelo programa de gestão de recursos naturais do USAID-Botswana, em inglês Botswana Natural Resources Management Program (BNRMP), em meados dos anos 80, o governo estabeleceu fundos (*trusts*) de base comunitária legalmente reconhecidos os quais podiam estabelecer contratos. O termo inglês *trust* refere a um arranjo legal que confere a um individuo ou uma instituição a responsabilidade de gerir bens em benefício de terceiros. O governo aprovou também a lei de *joint ventures* a qual permite que os *trusts* negoceiem contratos directamente com os operadores no estabelecimento de empresas faunísticas. O BNRMP concedeu formação em organização e gestão de negócios aos *trusts*, assim como assistência legal e formação para a gestão de problemas homem-animal e na realização de censos faunísticos. O Departamento para a Fauna e Parques Nacionais começou também a apoiar os *trusts* na realização de censos e no controle e fiscalização da caça ilegal. O programa continua com o apoio directo da USAID.

Tanto no programa da Namíbia como no do Botswana, as comunidades locais participam agora mais activamente nas decisões que afectam a sua subsistência.. Em alguns casos, estão a caminhar para um planeamento integrado do uso da terra. Noutros casos, elas participam na prestação de serviços sociais e numa maior responsabilização do governo local. No Botswana, a Federação Nacional de Organizações Comunitárias de Base, em inglês Botswanan Network of Community Based Organizations (BOCOBONET), com cerca de 50 comunidades como membros, não só presta serviços aos membros como também tem contribuído para o desenvolvimento da política rural e de gestão de recursos naturais, bem como na advocacia de direitos comunitários. As comunidades estão a ser cada vez mais empoderadas.

## 4. RIQUEZA ECONÓMICA

A África está em processo de transição. As mudanças em curso implicam uma economia e sociedade estruturalmente diferentes. Em termos económicos, conduzem a um rácio entre terra e trabalho diferente e à inevitabilidade de novos sistemas de produção para que se consiga manter os rendimentos. Os interesses no acesso e controle de recursos estão a crescer, como demonstram os conflitos relacionados com a posse de recursos naturais por toda a África. Em termos socio-económicos, há tanto ganhadores como perdedores. Os sistemas de produção geralmente não conseguem ajustar-se às pressões do crescimento, e os indivíduos, as famílias e as comunidades estão a enfrentar novas realidades económicas, tanto boas como más. Existem cinco princípios que podem ajudar a organizar recomendações para acções específicas.

### RIQUEZA: Princípios e Recomendações para Acções

1. **Ser estratégica em relação a aspectos económicos da gestão de recursos naturais.** Coordenar a alocação apropriada de recursos para a GRN. Planear e investir a nível nacional, regional local e micro. Concentrar-se na mudança da economia do amanhã. Encorajar um ambiente facilitador. Apoiar estratégias alternativas de geração de rendimentos.
2. **Reforçar os mercados e tornar os incentivos de mercado numa componente mais importante nas estratégias da GRN.** Ajudar a criar mercados rurais competitivos. Promover e/ou facilitar *joint ventures*.
3. **Investir nas organizações rurais como os pilares de longo prazo do desenvolvimento rural.** Promover a auto-sustentação. Promover e financiar esquemas locais de crédito. Enfatizar a transparência e a sustentabilidade financeira. Criar sistemas que facilitam a participação nos mercados. Promover o estabelecimento de grupos e federações rurais robustas.
4. **Criar um quadro onde as pessoas possam tomar melhores escolhas da GRN no seu próprio interesse.** Promover soluções da GRN que sejam financeiramente aceites e promovam oportunidades económicas. Aplicar princípios de concepção e operacionalização e realizar análises económicas. Assegurar que os planos estratégicos incluam considerações sobre a posse de recursos. Explorar mecanismos para o remuneração de serviços ambientais.
5. **Assegurar que os gestores de recursos compreendam e de facto tenham acesso seguro aos meios de produção e aos benefícios dos seus investimentos na GRN.** Planear o modo como a mudança dos requisitos de produção irá interagir com o sistema de posse da terra. Promover uma gestão clara, estável, legítima e democrática da propriedade comum. Encorajar e proteger sistemas claros de direitos de posse e de propriedade.

## **1. Ser estratega sobre a economia de gestão dos recursos naturais**

*Os países africanos precisam de lidar com o problema como um todo, de modo a que os impactos negativos da má gestão ambiental não os afundem.*

A maioria dos países africanos têm recursos económicos limitados, mesmo com a assistência dos doadores. Muitas vezes a ajuda dos doadores está demasiado concentrada em áreas específicas onde os objectivos definidos têm probabilidade de serem alcançados. Há falta, contudo, de dinheiro e outros recursos para a gestão ambiental, projecto por projecto, principalmente quando os incentivos para a má gestão estão incorporados no sistema.

Um dos maiores perigos está no seguinte síndrome: Não tenho dinheiro para salvar a vida do paciente, portanto vou concentrar os meus recursos no tratamento da perna partida. Contudo, homens mortos não andam, e portanto alguém tem de ser responsável por providenciar ajuda para salvar vidas. Para que sejam efectivas, as estratégias sobre recursos naturais devem reconhecer que os países africanos precisam de lidar com o problema como um todo, de modo a que os impactos negativos da má gestão ambiental não os sufoquem.

### **Coordenar a alocação de recursos limitados para a GRN de maneira apropriada à escala do problema**

Os países precisam de decidir se determinada actividade constitui a melhor aplicação de recursos financeiros e institucionais escassos, assim como encorajar os doadores a ajustarem-se às prioridades acordadas, melhorando a coordenação entre si sobretudo ao nível da programação da assistência.

### **Planificar e investir ao nível nacional, regional e local, assim como ao nível micro.**

É necessário reforçar a capacidade dos governos de programar o uso de recursos, analisar orçamentos e avaliar necessidades. É preciso assegurar que os programas respondam às estruturas de incentivos emergentes e em mutação que os pequenos produtores enfrentam. Há também que incluir análise de tendências como parte do quadro analítico básico para a tomada de decisões programáticas.

## **PANORAMA ACTUAL**

Existem provas convincentes em África que sustentam o valor de se ser estratega na alocação de recursos para a gestão de recursos naturais.

Muitas das mais bem sucedidas e inovativas iniciativas de gestão de recursos naturais documentadas nas duas décadas passadas foram realizadas em zonas onde as pessoas estão respondendo a novas oportunidades associadas a “pólos de crescimento” local, melhor dito, onde o crescimento da população apoiou o crescimento da economia. Muitos destes casos foram documentados no Níger e no Mali. Reportagens sobre o potencial para o crescimento regional integrado na África Austral fornecem um número de exemplos onde o aumento do crescimento económico melhorou os retornos dos investimentos na GRN. Um dos exemplos mais impressionantes provém do crescimento de zonas geridas de fauna bravia como parte da promoção do ecoturismo.

Estudos realizados em toda a Africa mostram consistentemente que as vilas situadas nas “zonas de influência de mercados urbanos” (com um raio de 100-150km) têm sido capazes de investir numa GRN melhorada que capitaliza na procura do mercado urbano. De um modo geral, tanto os estudos científicos como económicos sugerem que a produção de subsistência não consegue continuar a satisfazer as necessidades de consumo dos actuais níveis de população, porque a regeneração natural só por si não pode substituir os nutrientes do solo que são usados anualmente na produção. Isto, por sua vez, sugere que o futuro da produção rural – e, portanto, da GRN rural – será condicionado pelas mudanças que estão a ocorrer e não pelo passado.

### **Concentração na mudança da economia do amanhã e não na de ontem.**

É preciso capitalizar nas tendências que estão a influenciar a economia e a vida das pessoas, porque estas tendências também determinarão outras escolhas que as pessoas fazem. Há que criar o entendimento nos oficiais de campo, ONGs e nos doadores de que (a) muitas das actividades promissoras da GRN são actividades que devem acontecer onde existam oportunidades económicas e (b) a economia do amanhã parecer-se-á muito com as economias actuais nessas áreas.

### **Encorajar a existência de um ambiente propício para a solução de problemas ambientais.**

Concentrar os programas e, em particular, a assistência de doadores na criação de bases, incluindo um bom quadro político em vigor, organizações rurais, infraestruturas de mercado básicas e programas e infraestruturas coordenados com outros sectores, incluindo a saúde, a educação e a agricultura.



**Apoiar estratégias alternativas de geração de rendimentos em tempo de seca, conflito e outras emergências.**

Coordenar melhor (ou mesmo integrar) estratégias da GRN, com a gestão de calamidades e desenvolvimento económico. Muitas vezes os melhores investimentos em GRN são em mercados de trabalho ou financeiros não relacionados com os recursos naturais. Redes de segurança baseadas em programas de obras públicas, seguros contra falta de chuva e outras intervenções semelhantes algumas vezes fornecem novos investimentos (por exemplo, o reflorestamento), mas, mais importante do que isso, podem quase sempre proteger contra a sobre-exploração de recursos em períodos de crise.

## **2. Reforçar os mercados e tornar os incentivos de mercado numa componente mais importante das estratégias da GRN**

*As populações rurais não são apenas guardiãs da terra, mas também “accionistas”*

As estratégias de GRN devem basear-se em boas estratégias e princípios económicos. A manutenção do potencial produtivo rural em face do crescimento demográfico e de pressões estruturais requererá um uso generalizado de *inputs* (*termo inglês que refere a produtos necessários para a produção*) externos. Isto, por sua vez, requererá maiores rendimentos monetários para a compra de tais *inputs*. A transição de sistemas de subsistência para sistemas geridos de produção dependerá do modo como os mercados enviarão sinais apropriados e criarão rendimentos suficientes para financiar investimentos na gestão de recursos.

As populações mais pobres e mais vulneráveis necessitarão geralmente de assistência externa para a criação de capacidades e confiança necessária para o investimento na gestão de recursos naturais.

Para os que estão próximos da margem de subsistência, qualquer mudança, mesmo aquela com potencial para aumentar rendimentos, poderá acarretar também um nível inaceitável de riscos. Nestes casos, os incentivos do mercado só por si não serão suficientes para trazer as mudanças desejadas. No entanto, o apoio às populações vulneráveis pode e deve ser feito de tal modo que não distorça o mercado, não prejudique a eficiência e nem crie dependências de longo termo. Muito já foi aprendido sobre como fazer isso, e uma série de abordagens viáveis foram testadas e comprovadas no terreno nas duas décadas passadas.

**Promover a eficiência através do apoio à construção de mercados rurais competitivos que promovam o desenvolvimento rural.**

Basear estratégias de gestão de recursos em princípios económicos, especialmente no que respeita a mercados e subsídios. Prestar atenção à construção de estradas e infraestruturas de comunicações para encorajar a competição entre compradores e reduzir os custos do comércio interno e externo. Usar informação sobre mercados que seja acessível e fiável

para ajudar os produtores rurais a conseguir preços de mercado mais justos. As estruturas de preços correntes baseadas num número reduzido de compradores “comprime” os preços dos camponeses e retira muito dos incentivos do investimento rural.

**Promover e/ou facilitar *joint ventures* entre comunidades rurais e o sector privado.**

Enfatizar que as populações rurais não são apenas guardiãs da terra, mas também accionistas. Esta abordagem tem promovido uma melhor protecção dos recursos naturais na África Austral e Oriental. Como accionista, a população rural pode negociar contratos para reforçar o valor dos seus recursos e aumentar em grande medida os rendimentos gerados pelos mesmos.

**PANORAMA ACTUAL**

Vários países da África sub-sahariana experimentaram um rápido e robusto crescimento económico no investimento rural devido às reformas políticas orientadas para o mercado. Moçambique e Botswana, fornecem exemplos excelentes desta situação. Pelo lado negativo, o controle de preços, um quadro regulamentar restritivo e outros vestígios da economia de “comando e controle,” deixaram um legado de estagnação económica e destruição de recursos.

Nas áreas faunísticas da África austral e oriental, incluindo o Botswana, Zimbabué, Quénia, Namíbia e África do Sul, *joint ventures* inovativas entre as comunidades locais e investidores turísticos privados criou capacidades para o turismo internacional profissional ao mesmo tempo que forneceu às comunidades locais, rendimentos significativos e o poder de decisão na conservação do ambiente e da fauna.

**3. Investir em organizações rurais como pilares de longo termo do desenvolvimento rural**

*A melhor garantia da “sustentabilidade” é o poder de escolha das pessoas sobre o que faz mais sentido financeiro para elas.*

*Os grupos rurais por si mesmos têm uma influência limitada sobre políticas e mercados. Contudo, as confederações produzem economias de escala, massa crítica e efectividade na advocacia.*

Para além dos benefícios óbvios de um desenvolvimento com menor dependência em termos sociais, de governação, técnicos, políticos e culturais, existem razões económicas importantes para se investir em organizações rurais:

- ✚ Há evidência clara de que as organizações rurais podem ajudar a mobilizar poupanças locais substanciais.

- ✚ Organizações rurais bem geridas e localmente controladas, criam economias de escala e contribuem para retornos mais elevados para os pobres das zonas rurais.
- ✚ Os modelos construídos sobre o crédito local e sobre poupanças locais, são muito mais custo-efectivos e replicáveis do que aqueles que dependem do financiamento externo.
- ✚ A grande maioria do dinheiro vai directamente para onde se entende que deve ir: as taxas de re-pagamento de programas de crédito geridos localmente são incrivelmente altas (muitas vezes acima de 95%) e os custos administrativos permanecem dentro da comunidade.
- ✚ Mais importante do que isso, o sentido de propriedade do processo pela população local traz incentivos poderosos para arcar com o custo do controle e eficiência do programa, enquanto o financiamento externo geralmente causa uma dinâmica oposta.

A confiança e a credibilidade (capital social) são fundamentais para a boa operação das organizações rurais. A melhor garantia da sustentabilidade é o poder de escolha das pessoas sobre o que faz mais sentido financeiro para elas. A transparência e o sentido de posse das decisões nas organizações rurais são cruciais para mantê-los atentos tanto para as necessidades individuais como para as demandas do mercado.

**Promover a autoconfiança através da criação de um quadro de desenvolvimento que reconhece, valoriza e baseia-se na capacidade existente nas famílias rurais de mobilizar as suas próprias poupanças e recursos.**

Exemplos disso incluem cooperativas de crédito rural e remessas de valores. As cooperativas de crédito e poupança, têm se mostrado de baixo custo e altamente efectivas. Elas criam autoconfiança; têm um excelente potencial de atingir mulheres, as quais são muitas vezes deixadas fora dos esquemas dos projectos, e têm mostrado taxas de re-pagamento impressionantes. Mais importante do que isso, o crédito apropriado e acessível traz uma grande contribuição para os investimentos na GRN, assim como para o crescimento económico geral.

**Promover e financiar esquemas de crédito local.**

Usar como referência e multiplicar modelos de sucesso, patrocinar visitas a comunidades onde estejam a funcionar esquemas de crédito de sucesso, e assegurar que o quadro legal e regulamentar forneça incentivos correctos e não crie constrangimentos aos programas de crédito localmente geridos.

**Enfatizar a transparência e a sustentabilidade financeira.**

Criar isto dentro das estruturas das organizações rurais que lideram a gestão do crédito, do comércio e da propriedade comunitária.

### **Criar sistemas que apoiam a participação activa dos pequenos camponeses nos mercados de bens e serviços rurais.**

A mais importante destas medidas será apoiar os pequenos agricultores na criação e gestão de organizações económicas rurais, tais como as cooperativas de comércio. As populações rurais são geralmente tão pobres que não conseguem intervir eficientemente nos mercados. Como indivíduos, os agricultores estão também em grande desvantagem na negociação com os intermediários de mercado. Investir em sistemas e mecanismos de informação para melhorar a competitividade dos agricultores/cooperativas.

### **Promover o desenvolvimento de grupos rurais e suas confederações com base nos negócios e na boa gestão.**

Concentrar os recursos para assistência a projectos/programas no apoio às comunidades rurais para o estabelecimento e gestão de organizações locais. Investir no desenvolvimento de directrizes práticas, que possam ser amplamente aplicadas. Investir em instrumentos de língua local, informação, e modelos de informação. Prestar atenção particular, para assegurar que as organizações não sejam subjugadas pelas elites de poder local. Encorajar os grupos para que a selecção dos seus membros e oficiais seja representativa de modo a garantir uma participação aberta e a colocação das melhores pessoas em posições chave. Promover a alfabetização de adultos para uma grande percentagem dos membros e fornecer capacitação organizacional, negocial, e de gestão empresarial ao pessoal chave. Os grupos rurais por si mesmos têm uma influência limitada sobre políticas e mercados; contudo, as confederações produzem economias de escala, massa crítica e efectividade na advocacia. Exemplos incluem associações como as cooperativas de camponeses ou agricultores, assim como os grupos que estão mais concentrados nas necessidades locais de gestão de recursos naturais, tal como a Rede de Organizações Comunitárias de Base do Botswana (BOCOBONET) e a Rede Regional de Organizações Comunitárias, em inglês Community Organizations Regional Network (CORN), baseada na África do Sul. Estes grupos têm a legitimidade e credibilidade para falar em nome da população rural e das organizações comunitárias de base, que as constituem.

## **4. Criar um quadro dentro do qual as pessoas podem fazer melhores escolhas de GRN no o seu próprio interesse**

*Se as opções de gestão de recursos não melhoram o bem-estar das pessoas a curto prazo, a sua ampla adopção é muito pouco provável e, por isso, altamente improvável que haja aumento do impacto*

As estratégias efectivas para o melhoramento da GRN, o crescimento económico e uma melhor governação conduzem todas à mesma conclusão: para se alcançar a economia eficiente e competitiva necessária,, o que as pessoas fazem e como o fazem deve ser orientado por escolhas económicas reais que fazem sentido em situações locais. Muitos projectos falharam e milhões de dólares de recursos preciosos foram desperdiçados

porque os desenhadores de projectos não conseguiram ver o mundo sob a perspectiva dos beneficiários. Onde quer que as pessoas vivam e trabalhem, respondem a diferentes oportunidades, constrangimentos e hábitos locais. O ecoturismo baseado na fauna bravia faz menos sentido no Mali do que no Quênia. A GRN de base comunitária pode não ser a melhor opção para quintas privadas, mas pode ser essencial para a gestão de áreas comunitárias. Não deveria ser surpreendente que as famílias rurais reajam como outras famílias em qualquer lado. Se as opções de gestão de recursos não melhoram o bem-estar das pessoas a curto prazo, a sua ampla adopção é muito pouco provável e por isso altamente improvável que haja um aumento dos impactos.

*Agricultores de pequenas quintas estão a investir na melhoria da gestão de recursos em resposta às necessidades e oportunidades do mercado.*

*Este camponês/agricultor de Burkina Fasso, têm protegido sistematicamente a regeneração natural nos seus campos.*



Evidências colhidas ao longo do continente mostram que os pequenos agricultores respondem a incentivos do mercado. As cooperativas de comércio e outros mecanismos através dos quais os agricultores melhoram o seu acesso ao mercado e capital dominam as necessidades organizacionais para a GNR das quintas. A gestão da propriedade comum, por outro lado, requer outras formas de organização económica e social e novos quadros legais que permitam as vilas assumir a propriedade das terras comuns e criar regras para o acesso e alocação de benefícios.

**Verificar cuidadosamente se as soluções melhoradas da GNR trazem benefícios financeiros para aqueles que as vão adoptar e implementar. Concentrar verdadeiros esforços na ajuda às pessoas para a criação de rendimentos comunitários e oportunidades económicas através de uma GNR melhorada.**

Compreender a GNR como uma actividade económica na qual as pessoas devem dispendir o seu tempo e energia e da qual se espera um retorno. Promover opções de GNR que produzam rendimentos monetários e ter cautela com a proposta de soluções que aumentem os custos de trabalho, especialmente para as mulheres durante a época alta dos períodos agrícolas. Isto vai necessariamente concentrar a atenção nas oportunidades locais orientadas pelo mercado onde sejam apropriadas e produzirá um menu de opções mais rico, mais complexo, e mais significativo que responde às necessidades da vida real.

**Aplicar sistematicamente determinados princípios de desenho e operação e realizar análises económicas.**

Efectuar análises sistemáticas de custo e benefício na perspectiva do utilizador (tanto para financiamento interno como externo), incluindo a análise de diferentes perspectivas de género. Apoiar na realização de entrevistas profundas e bem pensadas assim como na análise de mercado para os programas planeados. Avaliar cuidadosamente os mercados as relações comerciais e a procura emergente.

**Assegurar que os planos estratégicos consideram a gama de mecanismos de posse incluindo a gestão de recursos de propriedade comum, e uma melhoria da GNR nas quintas.**

Tanto uma como outra são vitais e contribuem quase que igualmente a situação ambiental. Contudo, os incentivos, as estruturas organizacionais, as tecnologias, e os investimentos públicos necessários para melhorar a gestão de recursos da propriedade comum, poderão ser algo diferente daqueles necessários para melhorar a GRN das quintas.

**Explorar mecanismos para assegurar o pagamento de serviços ambientais.**

As populações rurais fornecem muitos serviços ambientais, tais como a gestão de cursos de água e o sequestro do carbono, mas os métodos de compensação são inadequados ou ainda emergentes. A exploração de mecanismo para valorizar e compensar os serviços ambientais, aumentará a atracção para uma boa gestão.

**5. Assegurar que os gestores de recursos possuam acesso seguro aos meios de produção e aos benefícios dos seus investimentos na GNR**

*Os sistemas de posse que dependem da alocação de recursos pela liderança política, tornam-se propensos à insegurança e a práticas de exclusão*

A GNR normalmente envolve investimentos de longo termo. Os sistemas costumeiros de posse de recursos funcionam bem em comunidades estáveis e onde o rácio terra/trabalho é elevado. À medida que a pressão aumenta sobre a terra, e as comunidades se tornam mais complexas, os sistemas de posse que dependem da alocação de recursos pela liderança política, tornam-se propensos à insegurança e às práticas de exclusão que prejudicam os incentivos ao investimento e desalojam os membros da sociedade mais fracos. Vai ser necessário o apoio dos níveis políticos mais elevados e poderá envolver trocas políticas importantes para se atingir os acordos necessários. Este esforço poderá também beneficiar-se do apoio dos doadores.

**Planear como a mudança de requisitos de produção irá interagir com os sistemas de posse de terra.**

Os sistemas tradicionais de produção dependem tipicamente da agricultura regada pelas chuvas e com muito pouco ou quase nenhum uso de insumos comerciais. A manutenção da fertilidade do solo nos níveis actuais de densidade populacional, vai exigir um aumento de nível, incluindo o uso de fertilizantes, sistemas geridos de água/irrigação, e um grau de infra-estruturas físicas (tanto construídas como naturais) na terra. À medida que os agricultores/camponese fazem estes investimentos, aumentam o capital natural de parcelas específicas de terra e isto eleva drasticamente a importância de uma posse segura e de longo prazo dessas parcelas específicas. Alguns sistemas de posse tradicionais adaptaram-se para responder a estas novas circunstâncias, mas outros não. É necessário planear considerando esta série de relações que podem diferir entre locais e culturas, porque muitas vezes orientam a viabilidade financeira dos investimentos na GNR.

**Combinar os direitos comunitários de gestão com sistemas internos de gestão que sejam considerados claros, estáveis, legítimos e democráticos, para a gestão da propriedade comum.**

Se se pretender ter sucesso no passo de projectos específicos para esquemas mais generalizados de gestão comunitária, as regras gerais do jogo requererão uma clarificação e um reforço considerável. A complexidade desta tarefa, contudo, não deve ser subestimada porque as circunstâncias locais, as tradições, os legados de recursos e as capacidades institucionais variam grandemente. O desafio será conceber políticas que forneçam incentivos amplos ao mesmo tempo que mantenham a flexibilidade para responder às necessidades locais.

**Estabelecer ou reforçar sistemas claros de segurança de posse e direitos de propriedade, e proteger esses direitos contra a destruição ou confiscação de bens**

Ninguém irá investir na manutenção, muito menos na melhoria, de recursos sobre os quais não se saiba se existe posse segura e de longo termo. Há a necessidade de eliminar áreas de acesso aberto (as quais não devem ser confundidas com as áreas de propriedade comum).

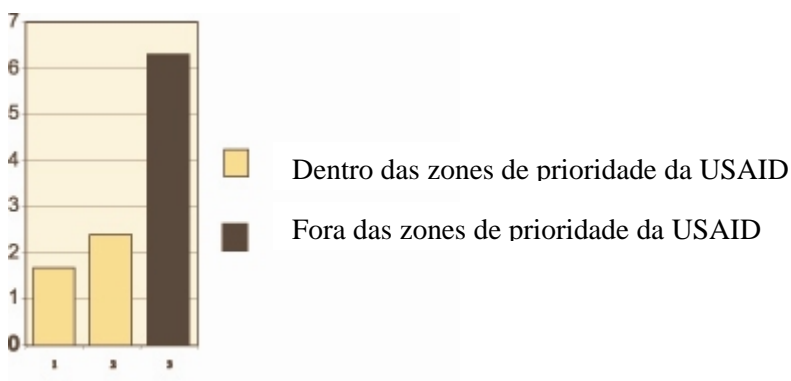
## **PANORAMA ACTUAL**

Uma GRN melhorada nas quintas constitui um tema de interesse em todo lado, particularmente onde a degradação de recursos ameaça a produtividade/colheita agrícola. Evidências do Quênia, Ghana, Madagáscar e Ruanda, entre outros, enfatizam a importância da segurança de direitos de propriedade no estímulo à plantação de árvores, construção de estruturas para a protecção do solo e conservação da água, terraços e outros investimentos em GRN. Os sistemas tradicionais continuam efectivos em comunidades estáveis. Contudo, onde as transições económicas são agudas e a imigração é considerável, há conflitos de terras cada vez mais crescentes que requerem resolução rápida, clara e justa e que garanta acesso de longo prazo.

## 5. NATUREZA, RIQUEZA E PODER EM MADAGÁSCAR

Nos últimos quatro anos, os programas de investimento nas áreas rurais de Madagáscar, desenhados para a conservação da biodiversidade e para melhorar a gestão das florestas e outros recursos naturais, ao mesmo tempo que reduziam a pobreza, começaram a mostrar resultados impressionantes. A dependência da agricultura baseada no corte e nas queimadas decresceu, enquanto que os rendimentos dos agricultores aumentaram numa média de 37 por cento. (Ver figura 2). As colheitas médias em grupos seleccionados aumentaram para o arroz (de 1.06 T/ha para 3.27 T/ha), batata (de 1.5 T/ha para 10.5 T/ha), milho (de 0.55 T/ha para 2.19 T/ha) e feijão (de 0.46 T/ha para 0.87 T/ha). Entre 1993 e 2000 o desflorestamento nas zonas seleccionadas para a conservação e desenvolvimento económico decresceu significativamente, com uma percentagem de deflorestamento de 6.7% nas áreas controladas comparado com 2.2% e 3.8% nos corredores seleccionados (Ver figura 1). A protecção e gestão dos parques nacionais adjacentes também melhoraram e os rendimentos das visitas aos parques e do ecoturismo agora beneficiam também as comunidades adjacentes.

**Figura 1: Natureza – Percentagem do deflorestamento, 1993-2000, em florestas acima de 800m**



Depois de uma década de investimentos substanciais para reduzir a agricultura baseada nas queimadas – a maior causa da degradação ambiental – e para conservar a biodiversidade e os recursos naturais nacionais, Madagáscar está agora concentrada no reforço de sinergias entre a agricultura intensiva e a segurança alimentar, o crescimento económico e o alívio à pobreza e a sustentabilidade ambiental. Os programas de investimento têm-se concentrado nos camponeses/agricultores locais e suas comunidades como elemento comum de todas aquelas condições.

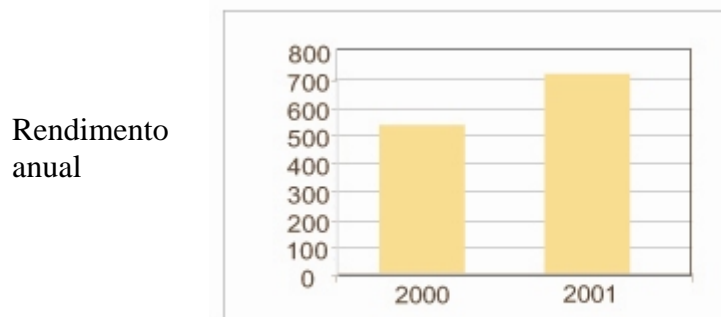


O Programa Nacional de Acção Ambiental do Madagáscar, em inglês National Environmental Action Plan (NEAP), concentrou as actividades da sua primeira fase à volta de áreas protegidas prioritárias usando uma abordagem de projecto integrado de conservação e desenvolvimento, em inglês Integrated Conservation and Development Project (ICDP). As organizações internacionais implementaram actividades centradas na comunidade, limitadas a uma zona tampão de 5km à volta das áreas protegidas. Uma grande lição aprendida foi a de que, as condições económicas, sociais e de infraestruturas bem distantes das zonas tampão estavam a exercer uma grande pressão sobre ecossistemas prioritários. Além disso, os custos elevados e o grande investimento de tempo na preparação de planos de manejo para as áreas de florestas naturais remanescentes não reduziram significativamente a perda de florestas nem melhoraram o bem estar socio-económico dentro das comunidades residentes à volta das áreas florestais seleccionadas.

O programa abordou estas questões na sua segunda fase. Os investimentos foram re-direccionados a: intervenções centradas nas comunidades para reduzir a agricultura baseada no corte e queimadas; abordagens de eco-região que reconheceram as preocupações regionais de carácter social, económico, de infraestruturas e desenvolvimento; e uma maior ênfase no desenvolvimento das capacidades das ONGs locais e grupos de agricultores para prepará-los para lidar com questões sociais, económicas e de infraestrutura necessárias para reduzir a agricultura de corte e queimada ao mesmo tempo que se protegiam os recursos naturais.

Uma série de esforços piloto de gestão de base comunitária de florestas começaram também a transferir direitos de gestão de florestas para as comunidades locais e a fortalecê-las para uma colheita sustentável de produtos florestais.

**Figura 2: Riqueza – Aumento nos Rendimentos dos Farmeiros**



O programa “Landscape Development Interventions” (LDI) financiado pela USAID, desenvolvido em 1998, encoraja os agricultores a adoptar uma abordagem de sistemas agrícolas que é mais sustentável do que o corte e queimada. O programa enfatiza o empoderamento dos agricultores através do desenvolvimento de associações de produtores assim como de sistemas de partilha de informação entre camponeses e agricultores .

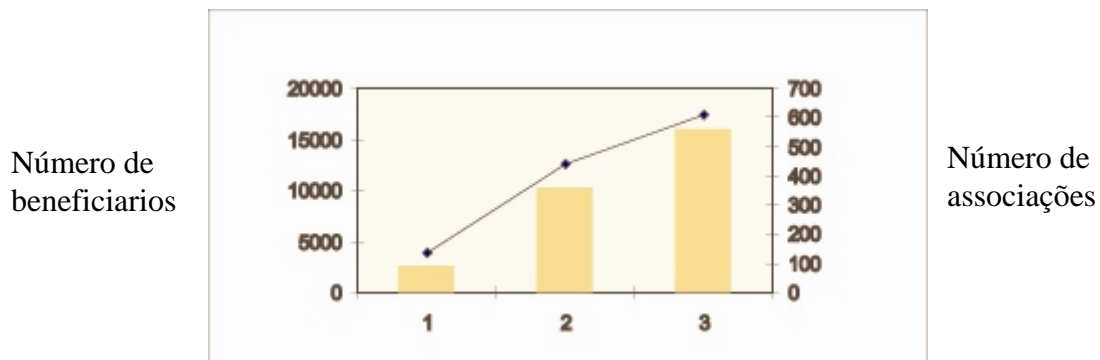
A USAID financiou também o Projecto de Apoio a Gestão Ambiental, (em francês Project d'Appui a la Gestion de l'Environnement ou PAGE) destinado a abordar preocupações de natureza política, legislativa e institucional na avaliação do impacto ambiental, no financiamento sustentável, na monitoria ecológica, na gestão de florestas e na comunicação.

Alguns dos principais resultados conseguidos através do NEAP de Madagascar e investimentos associados incluem:

- Formação sobre direitos florestais ao nível comunitário motivando as comunidades a mobilizar apoio para actividades de gestão comunitária de florestas bem como actividades relacionadas a GRN e ao desenvolvimento rural. As actividades de formação e de comunicação usaram apresentações com marionetes, peças teatrais e resumos em língua local dos principais princípios políticos e legislativos. As comunidades e associações formadas em direitos florestais aumentaram de 50 em 1999 para mais de 400 em 2002.
- Formação de associações de agricultores – pontos focais para actividades de extensão, mobilização de crédito, melhoramento do acesso aos mercados e formação no apoio à diversificação e intensificação de culturas – de modo a expandir a abordagem de sistemas agrícolas. Agora existem mais de 600 associações com mais de 16,000 membros. (Ver figura 3)
- Manutenção de estradas de abastecimento rural e garantia da manutenção da operacionalidade de ligações ferroviárias cruciais entre os agricultores e os mercados.

O efeito geral tem sido o fornecimento de uma série de alternativas para a geração de rendimentos e oportunidades económicas não ligadas à continua agricultura de corte e queimada nas zonas florestais que estão a diminuir. As condições estão também criadas para uma expansão significativa de pequenas e médias empresas florestais, baseadas na produção sustentável de uma variedade de produtos das áreas florestais de gestão comunitária.

**Figura 3: Poder – Crescimento de Associações de agricultores**



## 6. PODER DE GOVERNAÇÃO

*A boa governação tem sido indicada como fundamental para a gestão de recursos naturais e promoção do crescimento económico*

Reformas na governação que afectam a gestão de recursos naturais estão a acontecer na maior parte de África. Estas reformas tem implicações profundas sobre que indivíduos e instituições serão empoderadas para decidir sobre o uso e gestão de recursos naturais.

A gestão ambiental é um assunto político. O acesso aos recursos e a distribuição dos seus benefícios são muitas vezes assuntos politicamente conotados e contenciosos. O sub-desenvolvimento, a degradação ambiental, a pobreza, e a fome, resultam não tanto da falta de riqueza natural, mas das decisões e sistemas, geralmente de natureza política sobre a distribuição da riqueza em recursos e relevante participação dos cidadãos. A má gestão destes recursos pode contribuir para exacerbar conflitos e a corrupção. A boa governação é fundamental para a gestão de recursos naturais e promoção do crescimento económico bem sucedido em África.

A governação ambiental está embuida nas preocupações mais alargadas sobre governação. A boa governação em termos gerais é necessária para o desenvolvimento de um modo geral. Uma melhor governação dos recursos naturais é só um aspecto desta equação, mas um aspecto importante. Esta secção concentra-se não nos aspectos gerais da governação, mas naqueles que mais directamente afectam a GRN. Existem seis princípios que ajudam a organizar recomendações sobre acções específicas:

### **PODER: PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES DE ACÇÕES**

#### **1. Reforçar direitos procedimentais das populações rurais.**

- Promover a compreensão e o acesso aos direitos procedimentais;
- Assegurar que tais direitos incluem o acesso à informação, aos processos de decisão e à justiça ambiental;
- Assegurar os direitos de associação, expressão, movimentação e acesso às instituições governamentais;
- Reforçar a legislação ambiental.

#### **2. Melhorar a representação rural e amplificar as vozes rurais nas decisões públicas que afectam a sua vida e bem-estar.**

- Criar e fortalecer organizações independentes que representam opiniões rurais;
- Contribuir para o desempenho dos agentes e instituições governamentais com representação rural.

#### **3. Alocar a autoridade e funções ambientais às instituições melhor posicionadas para exercê-las.**

- Encorajar um debate nacional inclusivo para guiar a reestruturação da governação

- sobre recursos naturais;
- Alterar o papel das autoridades centrais do comando e controle para o apoio técnico e supervisão legal.
- 4. Transferir poderes ambientais para autoridades representativas e responsáveis perante as comunidades.**
- Transferir poderes discricionários antes das obrigações;
  - Fazer a transferência na forma de direitos seguros;
  - Transferir poderes mesmo antes da demonstração de capacidade.
- 5. Explorar a abordagem de padrões ambientais mínimos**
- 6. Encorajar o equilíbrio, a abordagem pluralística e a gestão de conflitos**
- Criar ou modificar foruns para discussão da GRN;
  - Reconhecer que os conflitos sobre a GRN podem oferecer oportunidades de aprendizagem e facilitar a gestão de conflitos;
  - Promover abordagens sociais que não dependam de consensos e ajudar a identificar perdedores e problemas.

## **1. Reforçar os direitos procedimentais ambientais da população rural**

*A vigilância dos cidadãos permite a identificação e solução atempada de problemas ambientais e complementa os esforços do governo na fiscalização e implementação*

Um desenvolvimento positivo verificado na última década foi o reconhecimento de direitos ambientais pela maioria das constituições e das novas leis sobre gestão ambiental nacional em África, geralmente apoiadas pelas convenções internacionais multilaterais sobre o ambiente. A maior parte das constituições impõem também aos cidadãos o dever de proteger o ambiente e gerir os recursos naturais racionalmente.

Para exercer os direitos ambientais, incluindo, em particular, os direitos de propriedade da terra e outros recursos naturais e cumprir as obrigações constitucionais de salvaguarda do ambiente, os cidadãos e as suas associações necessitam de garantias efectivas de algumas liberdades civis e direitos procedimentais. Por exemplo, cidadãos devem ter o direito à prestação de contas por parte de qualquer detentor individual ou institucional de direitos, funções e responsabilidades ambientais e, de facto, todos os utilizadores de recursos, sejam eles pequenos ou grandes, públicos ou privados pelas suas decisões e acções.

**Promover a compreensão e o acesso aos direitos constitucionais, legais e regulamentares assim como aos direitos ambientais procedimentais.**

Muitos países (incluindo Mali e Moçambique) envidaram esforços significativos para a tradução e difusão da legislação sobre GRN para torná-la mais compreensível e acessível à população local. Alguns países, como o Madagáscar organizaram programas de formação não só para informar as pessoas mas também para capacitá-las para o exercício dos seus direitos.

**Assegurar que os direitos incluam, mas não se limitem a três direitos procedimentais: acesso à informação, aos processos de tomada de decisões e à justiça sobre matérias ambientais.**

O acesso adequado à informação promove a consciencialização do público sobre questões ambientais e a sua capacidade para desenvolver propostas alternativas de políticas. A vigilância dos cidadãos permite a identificação e solução atempada de problemas ambientais e complementa a os esforços do governo na fiscalização e implementação. Ao participar nos processos de revisão administrativa e ao fazer uso dos tribunais, os cidadãos podem também promover o cumprimento da legislação nacional e garantir a distribuição justa de bens ambientais e compensação (incluindo custos) por danos ambientais.

**Assegurar a conexão entre os direitos ambientais e os de associação, expressão e movimento assim como o acesso às instituições do governo com funções e responsabilidades ambientais.**

As instituições governamentais com funções na GRN incluem o executivo, a legislatura, as agências nacionais de protecção do ambiente e os governos locais. Exemplos de liberdades importantes incluem o direito de submeter petições, propostas de lei individuais, prestar testemunho (incluindo em audiências do parlamento), assistir às sessões do parlamento e ter acesso à biblioteca e aos documentos do parlamento. Estes direitos estão normalmente incluídos no regimento do parlamento e não na legislação nacional. A importância dos direitos de associação para os grupos de GRN e para a sua capacidade de serem legalmente reconhecidos vem ilustrada nos quadros sobre a Namíbia, Madagáscar e Mali (Ver páginas 15, 29 e 41).

## **DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992**

**Princípio 10:** Os problemas ambientais são melhor abordados com a participação de todos os cidadãos interessados, ao nível relevante. Ao nível nacional, cada cidadão terá acesso apropriado à informação relativa ao ambiente em poder das autoridades públicas, incluindo informação sobre materiais e actividades de risco dentro das suas comunidades, bem como a oportunidade de participar nos processos de tomada de decisões. Os Estados facilitarão e encorajarão a consciencialização e participação pública através da disponibilização alargada de informação. Será disponibilizado o acesso efectivo aos processos judiciais e administrativos.

**Reforçar as provisões legais sobre direitos procedimentais, incluindo os regulamentos correspondentes; eliminar legislação contraditória; e remover lacunas, tais como cláusulas "claw-back"**

A linguagem da legislação deve clarificar questões específicas, reduzir a discricionariedade administrativa e arbitrariedade oficial, inconsistentes com o espírito de uma gestão ambiental sadia.

Na Namíbia a legislação sobre gestão de fauna foi seguida de regulamentos claros, os quais facilitaram a formação de sociedades de conservação e organizações comunitárias de base com responsabilidades de gestão de fauna (Ver página 13)

## **2. Melhorar a representação rural, facilitar o desenvolvimento organizacional e ampliar as vozes rurais nas decisões públicas que afectam as suas vidas e o seu bem-estar**

As decisões do governo central devem ser tomadas com a participação da população local e com o reconhecimento do Estado das necessidades rurais. Tendências recentes neste sentido precisam de ser reforçadas. As políticas nacionais e a acção do governo têm abordado de forma crescente as opiniões ambientais da maioria rural sobre assuntos gerais ou ligados a interesses de gestão de recursos naturais específicos de comunidades particulares. Os governos estão cada vez mais a abordar questões ambientais, tentando equilibrar interesses gerais nacionais, preocupações ambientais globais da comunidade internacional, interesses de grupos privados e poderosos e preocupações rurais. Este acto de equilíbrio não é fácil, mas os quadros sobre a Namíbia, Madagáscar e Mali (ver páginas 15, 29 e 41) descrevem exemplos onde os interesses das populações rurais são considerados e, dada a relação das suas economias com a natureza, a sua subsistência, bem estar humano e assistência social, estão a ser integrados ao nível nacional.

As reformas que apoiam a liberalização política e a democratização começaram em alguns países a devolver responsabilidades e autoridade sobre os recursos naturais aos líderes locais para permitir-lhes uma abordagem adequada das necessidades da população rural. No geral, os governos locais não possuem autonomia para serem responsáveis perante os seus constituintes. É, por isso, crucial ampliar as vozes da maioria rural nas decisões públicas que afectam as suas vidas e bem estar assim como melhorar a *representação rural* no governo central.

### **Construir e fortalecer organizações independentes da sociedade civil que representem pontos de vista e posições rurais.**

Muitos países africanos assistiram a uma explosão virtual de ONGs locais e organizações da sociedade civil. Embora algumas destas organizações sejam fracas e haja confusão em relação aos seus mandatos, muitas outras estão a exercer o importante papel de moderar, equilibrar, facilitar a supervisão e de realizar funções de desenvolvimento. As organizações da sociedade civil estão a ajudar na redacção de políticas e legislação ambiental numa série de países, como o Uganda e o Mali, e estão a realizar actividades valiosas de advocacia e *lobbying* a favor da população rural. Federações como a BOCOBONET e a CORN são particularmente importantes.

### **Contribuir para o desempenho dos agentes e instituições governamentais com responsabilidades de representação rural**

Dentre os três ramos do governo central, a legislatura (principalmente os parlamentos africanos) constituem a principal ponte entre os cidadãos e o Estado. Os legisladores estão bem posicionados para representar os interesses dos seus eleitores na tomada de decisões públicas. As acções podem incluir a reforma das leis eleitorais para o reforço da relação legislador/eleitor, para a criação de mais espaço entre os políticos e os seus partidos políticos, e melhor protecção do parlamento, em relação à pressão política exercida pelo executivo.

## **3. Distribuir a autoridade e funções ambientais às instituições melhor posicionadas para exercê-las**

Recentemente tem havido um grande apelo à realocação de poderes dentro dos diferentes níveis da hierarquia político-administrativa do governo e entre o governo e actores privados. Decisões que podem ser tomadas pelos cidadãos sem necessidade de regulamentos deveriam ser contempladas no domínio dos direitos dos cidadãos. As decisões que possam ser tomadas por governos locais representativos ou actores locais não estatais sem prejudicar o bem-estar social e ecológico deveriam ser mantidas a esse nível.

## PANORAMA ACTUAL

Na década passada, muitos países adoptaram a legislação que estabelece ou reforça normas existentes, agências nacionais de protecção ambiental, tais como as Autoridades de Gestão Ambiental do Quénia e do Uganda e a Agência de Protecção Ambiental no Ghana. Em muitos casos, estas agências têm recebido mandatos e autoridade para realizar tarefas consideradas apropriadas para uma agência central. Por exemplo, muitas têm a responsabilidade de desenvolver legislação sobre gestão de recursos naturais, incluindo:

- Regulamentos de Avaliação de Impacto Ambiental
- Estabelecimento de padrões ambientais mínimos de garantias da contribuição local no estabelecimento de padrões para que sejam adaptados aos contextos locais
- Regulamentação do uso público e privado de recursos naturais
- Liderança dos esforços nacionais de apoio a questões ambientais globais
- Coordenação e assessoria em matérias ambientais a partir de ministérios sectoriais até organismos regionais e descendo para os governos locais.

Igualmente importante, eles carecem de mandato e poder para a implementação e provisão de serviços para o uso directo de recursos naturais para fins comerciais (tais como concessões florestais governamentais), tal como muitos ministérios, inapropriadamente, detinham no passado e alguns continuam a deter.

*São necessários princípios para guiar a selecção e localização de poderes relacionados com os recursos naturais aos vários níveis do governo e entre as esferas pública e privada*

**Encorajar um debate nacional inclusivo sobre a melhor distribuição de poderes entre os diferentes níveis de governação para orientar uma reestruturação bem sucedida da gestão de recursos naturais.**

São necessários princípios para guiar a selecção e localização de poderes relacionados com os recursos naturais aos vários níveis do governo e entre as esferas pública e privada. Estes poderes incluem decisões executivas (tomada de decisões, implementação e fiscalização), legislativas (elaboração de normas) e judiciais (resolução de disputas e acesso a tribunais). Esta tarefa altamente política requer um debate nacional inclusivo num ambiente favorável que permita que as vozes rurais e outras vozes sejam consideradas. A participação ou envolvimento de representantes eleitos pode tornar moroso o processo de desenho e implementação de políticas de conservação ou de uso sustentável. Pode, contudo, ser a melhor forma de institucionalizar a participação e de criar um processo de gestão permanente. Há muitos poderes e decisões que devem estar nas mãos do governo central. Estes incluem normalmente, entre outros, o



estabelecimento de um quadro legal favorável e a concepção e implementação de políticas nacionais relativas à política externa, defesa, política monetária e padrões para a saúde, educação, assistência social, redução da pobreza e o ambiente.

Para o sector do ambiente, estes poderes incluiriam, entre outros, o estabelecimento de um quadro legal geral com base no qual o público pode receber a prestação de contas das instituições de tomada de decisões, definir prioridades ambientais nacionais e padrões mínimos de qualidade ambiental, e garantir a implementação e fiscalização destas leis.

**À medida que os poderes são descentralizados para as autoridades locais e padrões mínimos de qualidade ambiental são adoptados, é necessário fazer uma mudança paralela no papel das autoridades centrais do Estado passando do comando e controle para o apoio técnico e supervisão legal.**

Ao invés de desenhar e implementar projectos que impõem a fiscalização e supervisão de leis sobre o uso directo de recursos, o papel das agências centrais deverá ser o de assegurar que as habilidades e informação apropriadas sejam disponibilizadas à população local e que as autoridades e instituições locais descentralizadas ajam dentro das orientações e padrões legais.

#### **4. Transferir poderes ambientais para autoridades representativas e responsáveis perante as populações locais**

*É essencial que a descentralização coloque poderes discricionários relevantes nas mãos de autoridades locais representativas e responsáveis*

Muitos especialistas e gestores de recursos naturais têm defendido a descentralização como forma de melhorar a eficiência da gestão assim como a justiça e a equidade para a população local. A transferência significativa de poderes e a existência de instituições locais representativas e responsáveis são elementos necessários para uma descentralização efectiva. Os poderes sobre os recursos naturais que os governos centrais e os ministérios do ambiente alocam às autoridades locais são normalmente limitados e altamente controlados através de actos de supervisão e de requisitos de gestão e planeamento complicados. As autoridades e instituições locais que recebem tais poderes podem também não ser responsabilizados perante a população local.

Para se atingir os benefícios da participação, é essencial que a descentralização coloque poderes discricionários relevantes nas mãos de autoridades locais representativas e responsáveis. É uma questão de se estabelecer o quadro institucional necessário com autoridades locais representativas e com poder ao longo dos territórios nacionais. Na ausência de outros mecanismos de responsabilidade, prefere-se que os órgãos sejam eleitos em vez de nomeados, auto-seleccionados (ONGs ou órgãos privados) ou hereditários (costumeiros).

### **Transferir poderes discricionários antes das obrigações.**

Uma das prioridades e característica definidora da descentralização é a criação de um domínio discricionário local na tomada de decisões. Quando tenham autonomia local ou poderes discricionários locais, as autoridades locais tendem a ser mais respeitadas, vistas como legítimas na arena local e servindo como canais de comunicação e acção à volta dos quais a sociedade civil se pode formar.

### **Fazer transferência de poderes na forma de direitos seguros e não privilégios revogáveis.**

O grau de segurança na transferência ajuda a determinar o grau de independência de que as autoridades locais gozam no exercício dos seus poderes. Reflecte também o grau de seriedade dos governos relativamente a criação do domínio de poder discricionário local, básico para uma descentralização efectiva.

### **Transferir poderes mesmo antes da demonstração de capacidade**

Os governos centrais muitas vezes são relutantes em devolver poderes antes de a existência de capacidade técnica e de gestão ter sido demonstrada. As autoridades locais, contudo, precisam do poder para ganharem a experiência necessária para criar capacidade. Além disso, muitas das decisões locais sobre recursos naturais não requerem capacidades especiais.

## **5. Explorar a abordagem de padrões mínimos ambientais**

### *Padrões ambientais mínimos permitem inovações e a iniciativa, assim como o desenvolvimento da responsabilidade ao nível local*

Esta abordagem pode servir de alternativa à corrente tendência de micro gestão através de normas e planos detalhados e elaborados. Os requisitos, os processos complicados de aprovação e a excessiva supervisão representam um entrave, minimizam as transferências e limitam os poderes discricionários, incluindo sobre a natureza. Por exemplo, os planos de manejo são geralmente muito complexos, restritivos e/ou prescritivos e requerem níveis extensivos e múltiplos de aprovação governamental. Estes requisitos demasiado complexos para os planos de manejo tornam difícil, senão impossível, que as comunidades locais usem ou administrem os recursos naturais com qualquer grau de independência.

Uma abordagem alternativa e mais efectiva é estabelecer padrões mínimos, especificar objectivos, definir metas e estabelecer restrições e directrizes para o uso e gestão ambiental. Qualquer agência do governo, instituição privada ou indivíduo operando dentro dessas restrições e atingindo objectivos e metas não necessita de aprovação do governo ou de um plano de gestão para usar ou gerir recursos naturais. Isto permite que a inovação e a iniciativa, assim como a responsabilidade sejam desenvolvidas a nível local.

## **6. Promover plataformas que encorajem a moderação e equilíbrio, uma abordagem pluralista e a gestão de conflitos**

*Este efeito de moderação e equilíbrio pode reduzir os abusos e erros e fornecer um “giroscópio” que mantenha a GRN nos carris.*

A falta de uma gestão de recursos naturais que seja efectiva e equitativa contribui para a existência de conflitos ao nível regional, nacional e local. A abordagem das questões de riqueza e poder associadas aos recursos naturais pode mitigar alguns destes conflitos. Muitos dos maiores e mais brutais conflitos de África estão relacionados ou são alimentados pelos recursos naturais. Existem também números de conflitos sobre recursos naturais de nível mais baixo. Os processos de democratização e descentralização em curso tornaram o pluralismo das áreas locais mais visível e mais concreto; um número de grupos autónomos e independentes com valores, percepções e objectivos fundamentalmente diferentes estão a exigir um papel na tomada de decisões sobre a GRN.

Trata-se de um desenvolvimento positivo, porque encoraja um sistema cada vez mais robusto de moderação e equilíbrio interinstitucional. Este efeito de moderação e equilíbrio pode reduzir os abusos e erros e fornecer um giroscópio que mantenha a GRN nos carris. Os governos já não podem controlar este fenómeno. Contudo, existe às vezes o risco de este pluralismo se tornar contencioso e consumir tanto tempo e recursos que as acções de GRN são atrasadas ou tomadas de modo menos adequado. É necessário encontrar formas de influenciar positivamente estes processos.

**Criar ou modificar os fóruns existentes em todos os níveis, mas particularmente ao nível local, onde o pluralismo de actores pode juntar-se e discutir questões sobre a gestão de recursos naturais.**

Alguns países estão a tentar encontrar plataformas ao nível local para que os vários interessados à volta de certos recursos possam encontrar e discutir as suas necessidades, visões e objectivos. Em muitas situações de propriedade comum, é evidente que a comunicação é essencial para uma melhor gestão e controle de *free riders* ou “oportunistas.” A criação destes fóruns é um importante passo em direcção a uma melhor gestão.

**Reconhecer que a GRN pode ser contenciosa e que os conflitos podem representar oportunidades de aprendizagem. Facilitar processos e mecanismos para a gestão de conflitos.**

Grupos diferentes muito provavelmente discordarão sobre assuntos substanciais como os recursos naturais. Este desacordo, se for gerido correcta e abertamente, apresenta oportunidades de aprendizagem nas quais diversos pontos de vista enriquecem os debates e forcem novas ideias. O apoio a processos não formais de gestão de conflitos pode ajudar a dissipar conflitos e maximizar a aprendizagem a partir dos mesmos.

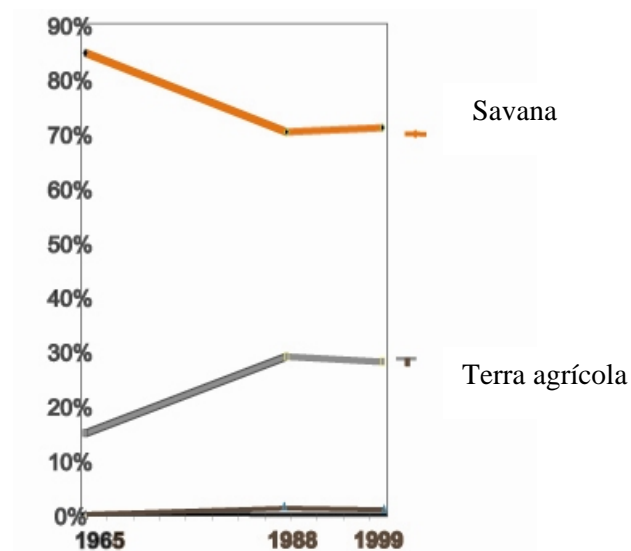
**Promover abordagens sociais que não dependem de consensos e ajudam a identificar perdedores e problemas.**

Processos consensuais na gestão de recursos naturais são intuitivamente atraentes, mas apresentam grandes obstáculos. O consenso é positivo quando cedido livremente e adequadamente informado, mas raramente isto é assim. Além disso, o consenso, mesmo quando alcançado, pode impedir a criatividade e esforços produtivos. Precisa-se de outras abordagens que respeitem a diversidade, reconheçam a dissonância moderada ou conflitos delimitados, e que respeitem a autonomia dos outros.

## 7. NATUREZA, RIQUEZA E PODER NO MALI

Na zona alta do Vale do Rio Níger no Mali, e não obstante o bom potencial agrícola, os agricultores têm tradicionalmente praticado agricultura de subsistência complementada pela criação de gado e actividades florestais. Ao longo dos anos, a agricultura extensiva foi-se desenvolvendo nas áreas de cobertura florestal e as áreas florestais foram decrescendo continuamente. A degradação do solo também se tornou um problema à medida que os investimentos na melhoria do solo não produziam retornos positivos, na perspectiva dos agricultores.

**Figura 1: Natureza – Evolução da cobertura florestal de 1965 a 1999: Vila de Sanambélé**



No final dos anos 70, de modo a promover o desenvolvimento rural na área, o governo Maliano iniciou a “Operação Alto Vale,” em francês Operation Haute Valee (OHVN), uma empresa para-estatal a cargo do desenvolvimento agrícola e extensão rural na área. O apoio da USAID também começou nesta altura. Inicialmente foi usada uma abordagem centralizada e o governo dominava o fornecimento de insumos, a comercialização, a determinação de preços, a extensão rural e toda uma série de outras funções. Contudo, ao longo dos últimos 20 anos a organização e as condições evoluíram. Particularmente a partir de 1990, os preços foram liberalizados, o governo despiu-se de várias funções a favor do sector privado (incluindo o fornecimento de insumos e a comercialização), foram formadas organizações locais fortes e introduzidas novas técnicas. O programa produziu resultados. Hoje, apesar do crescimento populacional, muitos agricultores aumentaram as suas colheitas, estabilizaram a produção e diversificaram as economias domésticas. A maioria das comunidades parecem ter reduzido ou mesmo revertido a perda da cobertura florestal, ao mesmo tempo que melhoraram o seu bem estar geral.

Embora tenha havido uma série de reformas políticas e outras, o elemento chave para o progresso desta área foi o desenvolvimento de associações de vilas (AVs) baseadas no comércio e bem geridas. Organizações rurais bem geridas e controladas localmente criam economias de escala e contribuem para maiores retornos económicos para os pobres rurais. Por exemplo estes grupos foram capazes de aceder ao crédito comercial, obter preços mais favoráveis, reduzir custos de marketing e de insumos e facilitar a extensão rural. Os grupos tornaram-se também activos na gestão de recursos naturais, adoptando técnicas de conservação e controlando os *free riders*. Isto conferiu-lhes mais autoridade e responsabilidade sobre os recursos naturais locais.

Um estudo recente de sete comunidades apoiadas pela OHVN, em combinação com dados e informação de dois inventários prévios (USGS e OHVN), revelaram que o progresso dos projectos resultava da sinergia dos vários programas e não de uma única actividade ou reforma. Esta pesquisa mostrou que o programa OHVN:

- a) Aumentou actividades de geração de rendimentos e mercados para as comunidades,
- b) Expandiu tecnologias melhoradas e acessíveis que aumentam a produtividade, e
- c) Aumentou o número de agricultores alfabetizados e formados em técnicas de gestão necessárias para funcionarem como agricultores comerciais efectivos tanto independentemente como em associações.

Os impactos podem ser sumarizados da seguinte maneira:

- ✚ Os agricultores da zona começaram a tratar a agricultura como um negócio, através do investimento e da diversificação. A formação em gestão pela Liga Cooperativa dos Estados Unidos, em inglês the Cooperative League of the USA (CLUSA), ajudou uma série de comunidades a formar AVs. Com uma base legal e capacidades de comércio as AVs conseguiram com sucesso obter e pagar os empréstimos junto de bancos comerciais, contrariando a percepção de que a população rural constitui um parceiro pobre para negócios
- ✚ As reformas políticas aumentaram os incentivos do investimento na terra, tanto para a agricultura como para as actividades florestais. Os agricultores intensificaram a sua actividade adoptando uma ou mais práticas de GNR desenvolvidas pelo programa. Em cerca de 12 anos os produtores investiram em linhas de rochedos (ver foto), quebra ventos, compostos, rotações, agro-florestamento, parques de animais e outras actividades cresceram de 2000 para mais de 33000. Muitos destes produtores aumentaram as colheitas (muitos em 50% ou mais) e cerca de 17% recuperaram solos anteriormente degradados e usaram-nas para a produção. Reduções na erosão de solos e aumento em matéria orgânica, levaram a notícias sobre aumento de eficiência de uso de fertilizantes que reduziram efectivamente o custo e os riscos dos fertilizantes. A intensificação da agricultura baseada na GNR também reduziu a pressão sobre os solos de florestas comunitárias e sobre os serviços ambientais que estas fornecem.

✚ O desenvolvimento organizacional ajudou a dar voz à população rural e aumentou a sua possibilidade de obter direitos e serviços. As comunidades ganharam experiência e confiança para negociar, efectuar transacções comerciais e participar como parceiros (cidadãos activos e não sujeitos passivos) com os forasteiros e com os serviços governamentais. Embora inicialmente concentradas na agricultura, as AVs também aplicaram as suas habilidades em outras áreas. As habilidades e as capacidades institucionais ajudaram-os a proteger as florestas proactivamente. Uma dezena de comunidades formadas pela OHVN estabeleceram acordos com os serviços florestais para que este serviço não continuasse a emitir licenças para os portadores de lenha para comercialização das terras comunitárias (uma prática comum no passado). Em troca, as comunidades concordaram em implementar planos de manejo, limitando o corte de árvores. Algumas comunidades também organizaram patrulhas periódicas nas florestas para reduzir ao mínimo o corte ilegal.

Um estudo recente do Serviço Geológico dos Estados Unidos, em inglês U.S. Geological Service (USGS), sobre nove comunidades apoiadas pela OHVN avaliou as mudanças do uso da terra ao longo do tempo. Todas as nove comunidades parecem ter perdido uma cobertura florestal substancial entre 1965 e 1988, correspondente a um aumento da área para agricultura. Desde 1988 contudo, a taxa de perda baixou em 8 das 9 comunidades, e a cobertura florestal em duas comunidades aumentou de 1988 a 1999, mesmo com o aumento da população. Embora haja muitas razões para estas tendências, parece que uma agricultura melhorada e organizações locais mais fortes jogaram um grande papel. Estas tendências mostram que a população rural, quando tm uma oportunidade para tal, irá gerir os recursos rurais de uma forma cuidadosa e equilibrada. A figura 1 mostra graficamente a relação entre a agricultura e a área florestal numa comunidade OHVN típica. Deve notar-se que 70% da terra da vila mantêm-se com florestas – um recurso significativo para a população local.

**Figura 2: Vista aerea de parte da terras da vila de Sanambélé**



## 8. OLHANDO PARA O FUTURO

Nos últimos 20 anos tiveram lugar transições enormes em África, em termos de aspirações sociais, mobilidade, comunicações, quebra de sistemas de autoridade tradicional, o papel do estado, o papel da juventude e das mulheres, opções económicas e de tecnologia, novas ideias e novas formas de organização política. Em termos de governação a escala e a velocidade da mudança está a criar grandes ambiguidades que podem tornar-se ou em obstáculos ou em catalizadores para o investimento, para o crescimento económico e para uma gestão melhorada de recursos. A mudança poderá provavelmente ser mais rápida, mais profunda e mais generalizada nos próximos vinte anos.

O destino dos recursos naturais da África não pode ser separado do contexto geral dos desafios económicos e do desenvolvimento que os Africanos enfrentam. Estratégias de sucesso da gestão de recursos naturais devem tomar em conta e tirar vantagem da dinâmica económica geral que está a conformar a vida e opções das pessoas em África.

A gestão ambiental está cada vez mais ligada ao desenvolvimento nacional, à equidade social e à governação. A relação entre governação e ambiente é complexa, contudo, salvo algumas notáveis excepções, quanto mais forte for a democracia melhor será a gestão ambiental. Embora esta relação dependa claramente de uma série de factores, princípios democráticos, como a transparência, a participação e a prestação de contas são fundamentais para uma gestão correcta do ambiente e dos recursos naturais. Para uma gestão ambiental efectiva, desenvolvimento económico, e bem-estar social em África, o investimento na democracia e na boa governação é uma estratégia sadia.

Mover o desenvolvimento rural é uma tarefa complexa e assustadora. É importante, contudo, aceitar a complexidade e evitar soluções uniformes para todas as situações. Não existe uma única abordagem seja para agricultura de exportação, gestão comunitária de recursos naturais, ecoturismo, conservação da biodiversidade ou qualquer outro assunto que seja solução para tudo. Embora a gestão de recursos naturais tenha que ser vista num contexto de desenvolvimento geral, e não irá resolver todos os problemas, constitui um ponto de entrada único para o desenvolvimento económico e político na África rural.

O quadro conceitual NRP revela uma série de temas transversais que são comuns à natureza, à riqueza e ao poder. Estes incluem:

- ✚ **Gestão do conhecimento.** É necessária uma informação transparente, de qualidade e conhecimento para que se produzam boas decisões e resultados económicos, de governação, e do ambiente.
- ✚ **Criação de capacidade.** A criação de capacidade e conhecimento em recursos humanos é crucial para a gestão de recursos naturais. A capacidade tem que ser criada na área ambiental económica (capacidade de comércio, negócios e outras) e de governação (direitos, gestão de organizações, e outras).

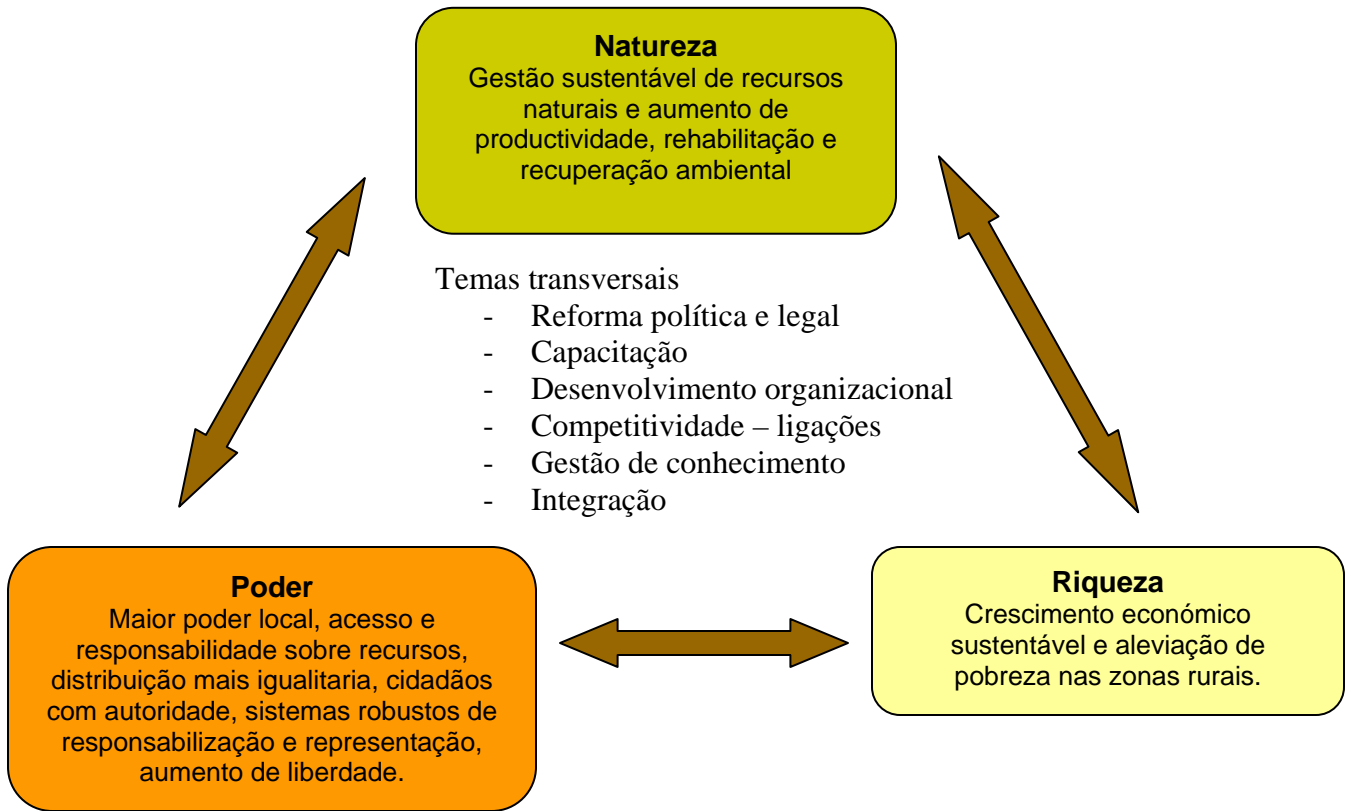


- ✚ **Desenvolvimento e arranjos organizacionais.** Devem-se criar e reforçar as organizações em muitos níveis, mas especialmente ao nível rural. Precisa-se de organizações técnicas, económicas e de gestão. É importante também criar parcerias e coligações.
- ✚ **Competitividade e eficiência.** A necessidade de eficiência e competitividade nos campos técnico, económico e de governação é cada vez mais clara.
- ✚ **Reforma política e legal.** Os países africanos levaram a cabo muitas reformas legais e políticas positivas. Contudo, seja no domínio dos recursos da economia ou da governação, a agenda das reformas é geralmente inacabada e a sua aplicação requer esforço contínuo.
- ✚ **Integração.** As políticas e a legislação de diversos sectores são por vezes contraditórias e confusas. Isto pode constringer o investimento na GNR. Existe necessidade de coordenação entre os vários sectores e integração das dimensões natureza, riqueza, e poder da GNR. As melhores práticas enumeradas aqui representam um pacote. Esforços concentrados só numa acção ou dimensão serão provavelmente mal sucedidas. Uma acção integrada entre os vários sectores e escalas, e a consideração de aspectos técnicos e económicos e de governação, são necessários em qualquer programa de acção.

As melhores práticas aqui apresentadas resultam de muitos anos de experiência e análise. São, contudo, apenas uma declaração de abertura de um debate pluralístico que precisa de acontecer debaixo das árvores das vilas, nos gabinetes dos conselheiros distritais, nas salas de conferências ministeriais, e nas salas de aulas universitárias por toda África.

Trazer as áreas rurais de África da margem para o centro de processos de crescimento económico e governação não é um luxo. Trata-se do assunto económico e de governação do dia a dia em África. Embora não vá ser fácil, também não é um mistério. As melhores práticas e inovações estão a emergir em todo o continente. Muitas delas representam esforços não registados vindos de baixo. Embora sejam necessárias mudanças e estas mudanças ameacem alguns grupos de interesses e governos, os benefícios para a maioria dos africanos superam de longe os custos. O destino dos recursos naturais de África não pode ser separado do contexto amplo dos desafios económicos e de desenvolvimento que a África enfrenta. Ao mesmo tempo, o futuro económico e o desenvolvimento de África não podem ser separados da gestão do seus recursos naturais.

## Avançando – Resultados e Temas Transversais





*ÁFRICA VISTA DO ESPAÇO*